



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**PRO-REITORIA DE ENSINO
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
HUMANAS – GEOGRAFIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ**

ANÁLIA PEREIRA SOBRINHO

**A LEI Nº. 11.645/08 E A CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS
PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA INDÍGENA**

**GRAJAÚ – MA
2023**

ANÁLIA PEREIRA SOBRINHO

**A LEI Nº. 11.645/08 E A CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA
UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA INDÍGENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA Campus Grajaú como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas – Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues

GRAJAÚ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

PEREIRA SOBRINHO, ANALIA.

A LEI N°. 11.645/08 E A CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS
ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA INDÍGENA / ANALIA
PEREIRA SOBRINHO. - 2023.

70 p.

Orientador(a): UBIRATANE DE MORAES RODRIGUES.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, GRAJAÚ, 2023.

1. Educação antirracista. 2. Lei 11.645/08. 3. Livro
didático. 4. Metodologias ativas. I. DE MORAES
RODRIGUES, UBIRATANE. II. Título.

ANÁLIA PEREIRA SOBRINHO

**A LEI Nº. 11.645/08 E A CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS
PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA INDÍGENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA Campus Grajaú como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas - Geografia.

Anália Pereira Sobrinho

Aprovado em: Grajaú - MA, 28 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.ª Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

DEDICATÓRIA

Ao meu, pai Werbete de Adelma Sobrinho (pai solo) por ter dedicado grande parte de sua vida à minha criação, essa que sempre teve como base Deus e a educação. Obrigada, meu pai, por ter me proporcionado tudo o que esteve ao seu alcance, e acreditado no poder da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter cuidado de mim, desde o ventre de minha mãe biológica, por prevalecer a sua vontade em meio a tantas tribulações; por me conceder saúde, paz e discernimento ao longo de minha vida. E com muita gratidão aos meus pais, Aldilene e Werbete que sempre me mostraram o poder que a educação pode exercer em nossa vida, por todo amor, apoio e compreensão durante essa jornada.

Ao meu amigo Valmerson Jorge, por ter me dado grande apoio desde o ingresso e durante o primeiro semestre de minha jornada acadêmica; à dona Maria e seu Raimundo por terem me instalado, no início de tudo, em sua casa. E, especialmente, a Joselio pelo apoio e incentivo nos momentos de fraqueza, pois muitas vezes disponibilizou o seu tempo para me acompanhar a Grajaú; a minha querida amiga Zilda, por todo cuidado e afeto que teve comigo desde o dia que nos conhecemos.

Agradeço, também, ao meu professor e orientador Ubiratane de Moraes Rodrigues, por toda paciência e disponibilidade durante à realização deste trabalho, obrigada pelos ensinamentos transmitidos, pelas exigências, pelas críticas construtivas, por tudo.

E à Universidade Federal do Maranhão - Campus de Grajaú, por ser composta de excelentes profissionais que se dispõem no e fora do expediente em auxiliar no que podem as acadêmicas (os), com muita atenção, e sem dúvidas às bolsas de auxílios que nos ajudam à permanecer na universidade e concretizar um sonho.

Costumo dizer que a nossa vida é como uma arte mosaísta, onde os materiais utilizados para esculpi-la são os momentos bons e ruins de nossas vidas. Nada em nossa vida acontece por um acaso, tudo é aprendido, os percalços que enfrentamos no cotidiano servem para dar forma a nossa arte: do viver. Pessoas veem e vão de nossas vidas, mas cada uma delas deixam suas marcas em nós, seja de forma positiva ou não; prefiro acreditar que ninguém passe por nossas vidas apenas para nos ferir, mas sim, para ensinarmos a enxergar o mundo com outras percepções. Na arte da vida, cada pessoa que conhecemos deixa um pedaço de material para ser posto em nosso mosaico. Para uma pessoa pessimista uma

cerâmica quebrada não tem valor, mas para uma pessoa criativa os fragmentos da mesma juntamente com outros tomam uma nova forma, em que quem decide qual modelo produzir somos nós. E assim, agradeço a todas as pessoas que já tive o privilégio em conhecer durante minha jornada acadêmica.

RESUMO

Falar em educação antirracista indígena após a promulgação da Lei nº 11.645, de março de 2008, não é uma tarefa simples, mesmo com sua obrigatoriedade, percebemos o quanto à veiculação da História e Cultura dos povos indígenas é superficialidade nos manuais didáticos, isso quando não os colocam em uma posição subordinada e apagada pela valorização das ações do homem não indígena. Neste sentido, compreender as articulações sociais e políticas que os povos indígenas assumiram para o alcance de políticas públicas e contribuição na história é essencial. O objetivo deste trabalho é analisar como as representações indígenas é divulgada no livro didático: *“Multiversos: ciências humanas, natureza e sustentabilidade”*, na tentativa de erradicar ou estimular a criação de estereótipos preconceituosos em nossa sociedade, e por assim propor metodologias ativas para a educação antirracista indígena. Para o desenvolvimento deste trabalho, a escrita realizou-se por meio de pesquisa bibliográfica, em obras de autoras (es) indígenas quanto não indígenas, artigos científicos, dissertações, sites e o próprio livro didático. Conclui-se que, as proposições metodológicas ativas, presentes neste trabalho, são capazes de mostrar aos estudantes da educação básica a realidade social e política de muitas populações indígenas na atualidade, buscando superar o indígena genérico e ultrapassado dos manuais didáticos. Transformando a forma de ensinar, engajando ativamente os estudantes nos debates de forma crítica e intencional, prepara-os socialmente para o convívio em uma sociedade diversa contribuindo para um futuro de qualidade.

Palavras-chave: Educação antirracista; Lei 11.645/08; Livro didático; Metodologias ativas.

ABSTRACT

Talking about indigenous anti-racist education after the enactment of Law No. 11,645, of March 2008, is not a simple task, even with its obligation, we realize how much the dissemination of the History and Culture of indigenous peoples is superficiality in didactic manuals, when they do not place them in a subordinate position and erased by the appreciation of the actions of non-indigenous men. In this sense, understanding the social and political articulations that indigenous peoples assumed for the achievement of public policies and contribution in history is essential. The objective of this work is to analyze how indigenous representations are disclosed in the textbook: "Multiverses: human sciences, nature and sustainability", in an attempt to eradicate or encourage the creation of prejudiced stereotypes in our society, and thus propose active methodologies for the indigenous anti-racist education. For the development of this work, writing was carried out through bibliographical research, in works by indigenous and non-indigenous authors, scientific articles, dissertations, websites and the textbook itself. It is concluded that the active methodological propositions present in this work are able to show basic education students the social and political reality of many indigenous populations today, seeking to overcome the generic and outdated indigenous of didactic manuals. Transforming the way of teaching, actively engaging students in debates in a critical and intentional way, socially prepares them for living in a diverse society, contributing to a quality future.

KEYWORDS: Anti-racist education; Law 11.645/08; Textbook; Active methodologies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 COLONIZAÇÃO E O ENSINO JESUÍTICO.....	13
2.1. A língua indígena como elemento de resistência.....	17
3 DO DIREITO DE SER INDÍGENA.....	27
3.1. Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 32	
3.1.2. O movimento indígena brasileiro e a Lei 11.645/08.....	35
4 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS HUMANAS – GEOGRAFIA.....	41
4.1. Análise referente as questões Étnico-Raciais indígenas no livro didático....	45
4.2. O protagonismo para o ensino antirracista.....	51
5 METODOLOGIAS PARA E ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 Introdução

Estudar o passado é essencial para entender o presente. O direito de dar voz a essas populações historicamente silenciadas e reprimidas é efetivado por meio de seus protagonismos e pela obrigatoriedade da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que trata da necessidade de estudar sobre a História e Cultura dos povos indígenas de nosso país, nos ambientes de ensino públicos e privados.

Este estudo pode ser veiculado através de proposições metodológicas ativas para o ensino antirracista indígena, ao ser ministrado em sala de aula conteúdos direcionados a participação dos povos indígenas ao longo da história, na tentativa de erradicar o racismo direcionado aos mesmos e promover uma educação intercultural, no qual todos os estudantes da educação básica e superior possam se sentir representados e valorizados através de seus laços ancestrais. A partir da oportunidade, mostrar ao público alvo da educação as manifestações culturais indígenas, produções literárias, expor suas lutas da atualidade e participações na política, essa que vem transformando a realidade sociocultural de muitos grupos originários.

Na tentativa de erradicar preconceitos e desigualdades sociais geradas pela falta de informações acerca do modo de pensar e agir de outros grupos étnicos. Para tanto, analisar como as representações indígenas é divulgada no livro didático é imprescindível, no que diz respeito aos seus protagonismos durante a veiculação de seus saberes e anseios. Mostrando não só a participação do indígena no passado quanto no presente, forma esta de superar o indígena que é mostrado nos manuais didáticos com suas indumentárias apenas como uma forma de contemplação da Lei N° 11.645 de 10 de março de 2008. Mencionado na maioria das vezes de forma passiva em detrimento das ações realizadas pelo colonizador, gerando o seu apagamento e silenciamento na história.

O interesse em trabalhar com o referido tema se deu pelo meu contato desde a infância com amigas (os) indígenas, nascido pela curiosidade de entender como os mesmos se organizavam socialmente em suas aldeias, e pela indignação com que esses eram tratados por outros colegas não indígenas na escola, no bairro. Pela experiência adquirida durante a realização do Projeto de Extensão intitulado *“Filosofia e diversidade: construção de metodologias para o pensamento afro-*

ameríndio na Escola Municipal Professora Marly Araújo de Grajaú-MA”, em que pude tomar conhecimento das produções de diversas representações indígenas femininas e masculinas, bem como as influências que esses tiveram dentro e fora de suas comunidades na busca de melhorias para suas comunidades, pela grandeza de seus conhecimentos, produções, força e resistência que os caracterizam desde o princípio da história (oficial) do Brasil. E pela minha experiência docente em ser uma das pessoas responsáveis por veicular uma temática tão necessária dentro da sala de aula com adolescentes que estão passando por transformações biológicas e sociais constantes, e carecem de procedimentos metodológicos que os envolvam criticamente, começando pela investigação de nossa realidade em questão.

A partir disso, percebe-se a necessidade de superar o indígena genérico que é mostrado nos manuais didáticos ligados ao primitivo e ao selvagem, faz-se importante mostrar suas articulações no período atual por meio das várias possibilidades que a globalização nos proporciona.

É com base principalmente na Lei N° 11.645/08 que apresentaremos algumas possíveis proposições metodológicas para a educação antirracista na escola. Ressaltamos que as transformações na educação brasileira concernentes aos direitos à educação dos povos originários se deram graças aos atos de resistência de muitos povos indígenas e a participação em diversos movimentos sociais, esses que foram indispensáveis para a construção de um caráter político para as reivindicações das populações indígenas que compartilhavam de anseios comuns ou afirmativos pelas lutas dos direitos étnico-raciais.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a escrita realizou-se por meio de análises de referências bibliográficas de autores indígenas quanto não indígenas, com foco em compreender e superar os impactos causados às populações indígenas durante o período colonial, sendo uma alternativa de lembrar e nunca cair no esquecimento as ações que desarticularam e dizimaram várias etnias no início da história do Brasil, e que ainda continua segregando-os em nossa sociedade a partir de estereótipos que colocam as populações indígenas e afrodescendentes em uma posição inferior ao restante da Nação.

E, para a obtenção das informações necessárias à compreensão e, análise dos temas apresentados no livro didático, foi utilizado uma pergunta norteadora: O livro analisado aborda, de forma significativa, o conhecimento produzido pelas

populações indígenas na superação do preconceito e da discriminação racial, na busca por construir uma sociedade antirracista, solidária, igualitária e participativa?

O trabalho também teve como principais aportes legais o Art. 231 da Constituição Federal de 1988 que reconhece a diversidade cultural dos povos originários, bem como os direitos territoriais das terras que “tradicionalmente ocupam”; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, uma das principais leis educacionais do país, a mesma em seus artigos: Art. 26-A que trata sobre a obrigatoriedade do estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena; Art. 78º tratando sobre o desenvolvimento de programas que ofereçam uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, e o Art. 79º que trata sobre os incentivos financeiros voltados aos sistemas de ensino e pesquisa dos povos indígenas; a Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008, mencionada anteriormente; e a importante Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; Ainda, utilizou-se de materiais de apoio como realização de pesquisas em artigos, teses, dissertações e sites com a mesma abordagem pertinente.

Dividindo-se nos seguintes tópicos: Colonização e o ensino jesuítico, em que foram percorridos os acontecimentos que desarticularam as populações indígenas durante o período missionário, no qual influenciou de diversas maneiras a educação de diferentes povos. A língua indígena como elemento de resistência, que retrata a importância cultural da progressão linguística dos povos indígenas. Do direito de ser indígena, apresentando a importância da diversidade cultural indígena. A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que é mostrado os principais artigos que dão sustentação para uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade, nos princípios teóricos da lei; O movimento indígena brasileiro e a Lei 11.645/08, apresentando a importância que o movimento teve para a divulgação da realidade que muitas comunidades se encontravam, e a necessidade da lei para a reformulação da participação histórica dos indígenas e afro-descendentes. Análise dos conteúdos do livro didático de ciências humanas – geografia, mostrando uma análise geral do livro didático. Análise referente às questões étnico-raciais indígenas no livro didático, buscou-se analisar os trechos

destinados à divulgação de informações envolvendo os povos indígenas, e como as mesmas foram veiculadas. O protagonismo para o ensino antirracista, em que é levado a importância da veiculação dos conhecimentos indígenas partirem dos próprios indígenas para promover os seus protagonismos. Metodologias para e além do livro didático, em que propõe-se sugestões metodológicas de como trabalhar a questão étnico-racial em sala de aula. E, por último, trazendo as Considerações finais discorrendo dos resultados alcançados e esperados deste trabalho de pesquisa.

2 COLONIZAÇÃO E O ENSINO JESUÍTICO

Quando retomamos à história da educação brasileira, encontramos em seu início o projeto educacional destinado a “civilizar” os povos originários pelas ações da Companhia de Jesus realizada pelos jesuítas em 1549, sendo esse “um modelo hegemônico de colonização pautado no eurocentrismo, pois tudo girava em torno da Europa, partiu de lá um padrão a ser seguido em todo o globo, difundiu-se então a ideia de que a modernidade iniciou-se pela Europa” (SILVA, 2017, p. 73). Entretanto, a história nos apresenta manifestações de resistência e resiliência dos povos indígenas. Destacam-se as estratégias desenvolvidas por muitos indígenas na apropriação seletiva dos ensinamentos jesuíticos, seja para se qualificarem e conseguirem conhecimentos “coloniais” necessários para lutarem por seus direitos sociais que os possibilitassem enfrentar esse padrão imposto desenvolvido pelos colonizadores que desarticulava e inferiorizava o imaginário dos povos originários da América. Vejamos a seguinte citação do indígena Daniel Munduruku:

E a gente não conseguiu crescer junto aos nossos pais, como acontecia antes da vinda dos missionários. Mesmo assim, cantando ou rezando latim na missa, foi importante para a gente descobrir que era necessário aprender essas regras de fora. O que os missionários fizeram de bom foi introduzir o ensino, alfabetizando os índios, e nós utilizamos isso para manifestar nossos pensamentos, que foram escritos pelos nossos líderes, a fim de defender os territórios tradicionais, as riquezas da biodiversidade, os princípios morais e éticos de nossos antepassados, a nossa verdadeira história, para continuarmos distintos, diferentes e com línguas próprias. Esses conhecimentos adquiridos é que nos facilitaram uma ação pontual para dizermos que somos diferentes. Então, os missionários sem querer salvaram a gente, as nações e/ou povos indígenas diferentes que chegaram por aqui, antes dos colonizadores. Por isso, nós somos diferentes, temos línguas e religiões próprias. (MUNDURUKU, 2012, p. 87).

Em 2008, o indígena Álvaro Sampaio Fernandes durante essa entrevista relembrou a importância do ensino jesuíta que recebeu durante sua infância nas missões do Alto Rio Negro - Amazonas. Para ele e sua comunidade, a educação representou uma oportunidade não apenas de aprender, mas também de resistir ao sistema colonizador que estava sendo imposto às suas vidas, e para isso tiveram de compreender melhor a organização da sociedade dos não indígenas. A partir dessa educação, os indígenas puderam produzir manuscritos que expressavam seus anseios e conhecimentos sobre suas vegetações, etnia e costumes de suas comunidades. Esses manuscritos foram um meio poderoso para que os indígenas

podéssem contar suas histórias com autenticidade, livre de distorções e omissões feitas pelos líderes não-indígenas que escreviam sobre eles.

A produção desses documentos foi um passo importante na preparação intelectual dos indígenas para lidar com as questões políticas que afetavam suas vidas. Embora a educação jesuíta tivesse origem religiosa, para Álvaro e sua comunidade, a sensação de pertencimento étnico nunca foi deixada de lado. A oportunidade de exporem suas culturas e reivindicar seus direitos contribuiu para que os indígenas mostrassem o seu protagonismo para a sociedade por meio dos manuscritos, e da educação oferecida pelas missões onde puderam mostrar ao mundo que suas culturas eram diversas e que mereciam ser respeitadas. Além disso, puderam mostrar que eram cidadãos brasileiros plenos, com direitos e deveres iguais aos de qualquer outro brasileiro.

Para Giroto (2006), o processo educacional é apresentado como uma alternativa adotada pelo Estado e pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para concentrar uma grande quantidade de indígenas em reservas destinadas à escolarização. Essa estratégia facilitaria a expansão capitalista nas terras indígenas, sendo justificada como parte de um processo civilizatório, que tinham o auxílio das Missões religiosas, essas que, passaram a induzir os indígenas a aprenderem novos comportamentos, na introdução de novos hábitos; manipulados pela barganha, e por assim “deixarem de ser indígenas” perdendo, em especial seus direitos territoriais em detrimento da civilização. Esse ensino era voltado apenas para a escrita e leitura, mediado de forma disciplinada.

Entretanto, a forma como cada ser humano enxerga o mundo é moldada por suas experiências e vivências. Por isso, a perspectiva do indígena Álvaro Tukano, popularmente conhecido como membro do povo Tukano, é importante para entendermos a sua história com a interação do ensino imposto, e a de sua comunidade. Embora a fala de Álvaro não anule os maus-tratos enfrentados por muitas populações indígenas durante o processo missionário de diferentes localidades do país, ela é uma forma legítima de narrar suas experiências e de como a educação jesuítica teve impacto na vida dos indígenas do Alto Rio Negro - Amazonas. Assim, o indígena Álvaro afirma o que foi mencionado anteriormente, em entrevista a Daniel Munduruku,: “Eu aprendi a ler e escrever no colégio para defender o que nós queríamos nas aldeias” (MUNDURUKU, 2012, p. 87). Tornando-

se um exemplo inspirador de como a educação pode ser uma ferramenta poderosa de resistência e de reivindicação de direitos; que por meio da escrita, muitos indígenas foram capazes de reafirmar a identidade cultural de seus povos e de lutar por um lugar de respeito e de igualdade na sociedade brasileira.

Neste âmbito, para Neto e Manoel (2008, p. 172), “o ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os ‘ignorantes’ a ler e escrever.” Apesar de estar subordinado aos planos de Portugal, os autores afirmam que o ensino jesuítico possuía certa autonomia e princípios próprios, que serviram de base para a construção da sociedade e educação da colônia brasileira, esses que estavam sendo realizados através da alfabetização das populações indígenas na língua portuguesa.

As práticas coloniais tiveram um impacto devastador na fragmentação das populações indígenas da América do Sul. Ao impor e priorizar práticas culturais eurocentradas e rígidas em relação à vida ocidental, essas políticas coloniais contribuíram para a perda de identidade cultural e tradições ancestrais de muitas populações originárias. É evidente que a imposição dessas práticas coloniais dificultou a preservação e a continuidade das ricas e diversas culturas indígenas do continente, nesta perspectiva vejamos o que Silva pensa:

O colonizador vestiu os povos com seu modo de ver o mundo, escravizou a força de trabalho para adquirir riquezas e se destacar no mercado capitalista. Fixou seu poder por meio da dominação não somente dos corpos, mas da mente dos povos, pois vestiu brutalmente os povos indígenas com suas preferências e modos culturais, impôs uma religião e proibiu a vivência dos modos tradicionais de expressar culturalmente. Uma pena! Se ao contrário da ocorrência dos fatos, os portugueses despissem de seus preconceitos, se permitissem conhecer os outros povos, os primeiros habitantes seriam os principais protagonistas da história e mostrariam seus conhecimentos aos portugueses, interculturalizando saberes sem que o colonizador impusesse o domínio. (SILVA, 2017, p. 76-77).

Para a autora, a colonialidade ainda é presente em nossa realidade, e a mesma se projeta de diversas maneiras. Com o fim da colonização territorial e física dos povos indígenas e africanos trazidos de forma forçada para o território brasileiro, a mesma continuou operando, mas de forma mascarada através do poder que foi cedido a diversos atores políticos ao longo do tempo.

Esses impuseram suas visões de mundo no imaginário das diferentes organizações sociais, que de forma direta comporiam os espaços nos quais são criados mais mecanismos de valorizações eurocêntricas, e que de acordo com a autora há necessidade de fazer a decolonização em todos os segmentos sociais, incluindo nos currículos educacionais que tratam os povos indígenas de forma genérica. No entanto, é importante salientar que todas as etnias sofreram fortes perseguições, ameaças e extermínio durante o período colonial.

O processo de colonização necessitou, segundo Neto e Manoel (2008) transformar os indígenas em “homens civilizados”. Os povos indígenas não possuíam um sistema comercial semelhante, o que entrava em conflito direto com os princípios coloniais, que valorizavam fortemente o trabalho produtivo em detrimento da “ociosidade”. Essa discordância entre os modos de vida tradicionais e a mentalidade colonial resultou em uma marginalização e desvalorização das práticas indígenas, que foram consideradas incompatíveis com os objetivos econômicos e sociais dos colonizadores.

O que vai de acordo com aquilo que Silva (2017) pensa em relação à localização estratégica do continente, pois o mesmo foi utilizado como uma grande oportunidade de expansão comercial entre as metrópoles, uma vez que exploravam intensivamente os recursos naturais e humanos do Estado em formação, em busca de riquezas que pudessem ser comercializadas na Europa.

No entanto, essa exploração desenfreada resultou em graves consequências ambientais e sociais para as populações indígenas, africanas e afrodescendentes, que foram subjugadas e exploradas em nome do progresso colonial no que iam dando origem às oportunidades mercantis entre diferentes localidades e culturas e, portanto aumentar e intensificar as disputas comerciais no continente, gerando novos conflitos coloniais.

Percebe-se que o processo colonizador ao se instalar no território brasileiro trouxe consigo novos modos de ser, pensar e agir que colaboraram para a fragilização cultural das populações indígenas, pois essas tentativas civilizatórias geraram mais intolerâncias, não apenas por parte dos colonizadores, mas também de muitos jesuítas, em relação aos indígenas que resistiam. Como resultado, esses povos passaram a ser classificados como inferiores e selvagens, sentindo os efeitos do maltrato e da desumanização, como comentam Neto e Manoel (2008, p. 174):

os indígenas passam a ser encarados pelos padres jesuítas como um empecilho para a consecução de seus objetivos, pois, ao não se adaptarem às exigências do trabalho árduo, rotineiro e contínuo, destinado à acumulação e não mais apenas à sobrevivência, tornam-se insubordinados, abandonando, dessa maneira, as missões e retornando para suas aldeias.

As atitudes capitalistas praticadas pelos colonizadores provocaram conflitos entre as próprias populações originárias que resultaram em disputas territoriais, seja por dominação de uma etnia sobre outras, como também aniquilações e deslocamentos forçados de várias etnias durante esse período. Não houve diálogo significativo ou troca de conhecimentos entre os colonizadores e os povos originários, o que contribuiu para o silenciamento e aprisionamento dos modos de existência dessas populações em seus próprios territórios.

Apesar das várias proibições impostas pelos colonizadores, os povos indígenas conseguiram transmitir seus conhecimentos ancestrais para as gerações seguintes através da oralidade e de práticas culturais realizadas em locais ainda não descobertos pela coroa portuguesa. Os hábitos culturais dos povos indígenas, como a exposição do corpo nu e a ausência de vestimentas, diferiam bastante da realidade cotidiana da vida na Europa. Esses costumes “exóticos”, no entanto, foram um dos motivos pelos quais os colonizadores impuseram suas próprias regras sociais aos povos indígenas. Infelizmente, os únicos prejudicados durante esse encontro de culturas foram os indígenas já que possuíam suas próprias organizações socioculturais.

2.1 A língua indígena como elemento de resistência

Ao longo dos séculos, as populações indígenas no Brasil têm enfrentado diversas situações que legitimam suas resistências e reivindicações socioculturais. Durante o período colonial, estereótipos de inferioridade foram instaurados em relação aos povos indígenas, perpetuando ao longo do tempo e se tornando um problema contemporâneo complexo. Como resultado, muitas etnias lutam por seus direitos básicos, como assistência à saúde, respeito e oferta de uma educação adequada às suas realidades culturais. Uma das questões centrais nessa luta era, e ainda é, a questão da diversidade das línguas indígenas e sua relação com a língua portuguesa, principalmente para o processo de ensino-aprendizagem.

A partir da década de 1980, diversas iniciativas surgiram para promover a educação intercultural bilíngue dos povos indígenas no Brasil. Segundo Monte (2000), vários atores sociais, como organizações não governamentais, acadêmicos e religiosos, participaram ativamente da defesa e apoio às solicitações dos povos indígenas por uma educação própria e respeitosa à sua cultura. Essa modalidade de ensino, denominada “educação escolar indígena”, tem como objetivo valorizar as tradições culturais dos povos indígenas e garantir o acesso à educação de qualidade. Vejamos:

No caso da escola indígena, não se trata apenas da tolerância com as línguas indígenas e com aspectos anedóticos da cultura em etapas iniciais da aquisição dos conhecimentos curriculares, limitadas à alfabetização bilíngue; trata-se da promoção de programas de educação permanente para a manutenção e desenvolvimento das línguas e culturas, juntamente com o acesso crítico aos conhecimentos universais ao longo da escolaridade básica e superior. (MONTE, 2000, p. 120).

Segundo a mesma, quando o Estado assumiu a responsabilidade de garantir direitos às culturas e línguas dos povos indígenas, surgiu uma problemática em relação à interculturalidade no ensino oferecido a essas populações. Isso ocorreu porque o ensino foi implementado por meio de programas transitórios que visavam ‘alfabetizar’ os indígenas, mas na realidade estavam lhes preparando para a educação nacional, a qual contempla apenas os anos iniciais da educação básica e não garante a continuidade da aprendizagem durante os anos finais do ensino fundamental, médio e superior em suas línguas.

Todavia, há desafios a serem enfrentados nesse processo educacional, como a garantia de que as crianças indígenas estejam aprendendo a ler e escrever em suas próprias línguas. Além disso, é preciso que os programas de ensino para essas populações sejam permanentes e oferecidos em todas as modalidades educacionais, para que a interculturalidade seja valorizada em todas as etapas da formação educacional desses povos. Ainda, para Monte (2000), as instituições de ensino superior públicas que ofereceram cursos específicos em línguas indígenas, durante os movimentos de 1980, contribuíram significativamente para a qualificação dos povos indígenas e para a produção de materiais interculturais próprios para serem utilizados dentro de suas comunidades. Essa iniciativa marcou o início de uma luta pela valorização e preservação da diversidade linguística e cultural do país, além de

ser uma forma de promover o acesso ao conhecimento étnico, também oportuniza a formação científica dessas populações historicamente marginalizadas.

Ademais, podemos ter acesso à diversas obras de autorias dos próprios indígenas, que fazem alusão ao que seus povos enfrentaram durante o período colonial que foram essenciais para suas existências físicas e perpetuação de suas práticas culturais. Mesmo com a aniquilação de muitos povos podemos tomar conhecimento de seus anseios e conquistas na atualidade.

Como argumenta Monte (2000), que agora os indígenas podem exprimir suas percepções de ensino escolar, junto a ideias de não indígenas, ao criarem esboços de políticas pedagógicas autogestionárias a serem implantadas pelo Estado. Ainda que esses diferentes tipos de conhecimentos sejam abordados nos ambientes escolares, todos os espaços da sociedade propiciam a divulgação das diferentes formas de pensar dos povos indígenas. Essa medida possibilita a valorização e promoção das experiências interculturais indígenas que fazem parte da nossa sociedade, e os projetos pedagógicos inovadores do “1º Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena, em 1979, promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo” (MONTE, 2000, p. 126), prevê pontos metodológicos inovadores, bem como

um dos procedimentos pedagógicos inovadores está na elaboração de materiais didáticos de autoria dos próprios indígenas, em diversas línguas e em português, atendendo a necessidade de renovação curricular que vivenciavam todos— índios e assessores — nas relações de ensino-aprendizagem relativas às áreas de conhecimento selecionadas. (MONTE, 2000, p. 126).

Assim, temos como uma grande conquista para o processo educacional das comunidades indígenas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que em seu Artigo 32, parágrafo 3º, trata que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1996, art. 32).

A educação nacional deve ser ofertada de forma universal, tendo sim, sua parte diversificada. Já as comunidades indígenas podem utilizar-se de suas línguas maternas, para a progressão de seus laços culturais, facilitando o processo de ensino/aprendizagem de seu público acerca dos conteúdos curriculares. Bem como, os métodos eficazes escolhidos, pela comunidade em questão, para a promoção do saber escolar, visto que, a diversidade cultural entre as populações indígenas é bem

grande. Isso garante a autonomia para decidirem como a educação escolar de suas crianças deverão ser desenvolvidas de acordo com suas percepções de tempo e espaço.

Ainda, para Monte (2000) a educação indígena vinha, ao longo dos anos, tentando instalar em seu sistema escolar um ensino diferenciado, na qual visava valorizar suas línguas maternas. Na tentativa de preservar e promover a diversidade cultural de seus povos, ansiando pela língua materna indígena como principal durante o processo de alfabetização e, a língua oficial, portuguesa, como segunda opção, em especial, durante a educação infantil. Entretanto, esta alternativa visava deixar os povos indígenas com mais autonomia ao garantir um significativo respeito às suas línguas originárias.

Cabe lembrar que na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, já fazia menção à língua materna de cada etnia: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, art. 231).

Buscando garantir a liberdade de expressão das comunidades indígenas, pois fazia alusão aos seus exercícios culturais, bem como, à disponibilização das terras em que estavam inseridos, de acordo com suas necessidades, salvos por seus direitos territoriais. Estes foram e são violados durante o período de colonização e atualidade, cito:

Ao longo de todo o processo de colonização, inúmeros povos indígenas foram dizimados e escravizados. No intuito de expandir território, de propagar e impor a sua fé, a sua cultura e a sua linguagem, os invasores colonizadores europeus acabaram por causar o extermínio de inúmeros grupos nativos e suas linguagens, implicando que, atualmente, muitos dos povos remanescentes já não conseguem se comunicar em sua própria Língua Materna. (TRENTO; RIBEIRO, 2022, p. 8).

Sem dúvidas, os autores focaram em um ponto que foi além dos sofrimentos físicos sofridos pelos indígenas, a perda da língua materna era resultado de um sistema colonizador cruel pois, além de perseguir, matar e escravizar muitos nativos que aqui residiam, eram proibidos de se comunicarem em suas línguas maternas, em detrimento da exigência linguística portuguesa, que facilitava o contato entre indígena e colonizador.

Sabemos que, os indígenas foram indispensáveis durante o século XVI, no que diz respeito aos seus conhecimentos das áreas geográficas, fauna e flora que tanto vislumbrava e causava temor ao branco europeu. O desconhecimento de terras despertou no colonizador o desejo de fazer expedições, essas que contavam com o auxílio de bandeirantes e os próprios conhecimentos mencionados anteriormente dos indígenas, muitas das vezes forçados.

O fruto de tantas atrocidades levou ao extermínio de várias etnias, as que sobreviveram tentavam, como podiam, passar a língua materna para seus descendentes, o que fez com que diversos vocabulários entrassem em desuso, e até esquecimento, por conta da proibição imposta que afetava o vocabulário dos mesmos. O que é sentido por diversas etnias atuais remanescentes pois,

Assim, ainda que sua cultura se mantivesse viva ao longo dos séculos, um fato é que os ancestrais desse povo foram catequizados e forçados a crer em um só Deus e, conseqüentemente, uma só religião que obedecesse a apenas um rei, o que poderia causar a aniquilação de sua cultura. Porém, mesmo com toda a impunidade existente, não conseguiram catequizar a todos e restaram algumas etnias para agraciar o país com sua cultura. (TRENTO; RIBEIRO, 2022, p.10).

Entretanto, os autores fazem menção à etnia Guarani, essa que, mesmo após séculos continua perpassando para seus descendentes suas práticas culturais. Essas que, são fruto de resistência, luta e esperança de dias melhores, pois mesmo sob imposição religiosa cristã, alguns não deixaram de acreditar no poder da cosmologia étnica de seu povo, o que torna a cultura indígena, nos dias atuais, bastante diversa, e encantadora. Ainda sobre a questão da língua materna dos povos originários e a educação, podemos perceber algumas considerações fundamentais a partir da educadora e pesquisadora Neusani Oliveira Ives. Sobre a educação indígena ela argumenta que:

Outrora esta era a única forma de educação existente entre as populações indígenas, que não passavam por nenhum conhecimento formal, porém, suficiente para a sua formação sociocultural; suprimindo assim, as demandas cotidianas, como, a caça, a pesca e o trabalho com a agricultura, por exemplo. (IVES, 2014, p. 60-61).

Concordamos com autora, pois essa forma de educar é praticada até os dias atuais e podemos perceber que os valores tradicionais continuam se manifestando dentro das organizações indígenas, as crianças são respeitadas e ensinadas de

acordo com suas capacidades físicas e idades, a educação é voltada para os valores sociais na busca pela manutenção das práticas ancestrais.

Contudo, a educação escolar indígena só teve seu momento de valorização a partir da Constituição Federal de 1988, como vimos acima, onde foi reconhecida a diversidade étnica cultural brasileira. Em que é preciso respeitar o modo, pelo qual determinada comunidade deva receber seu processo de escolarização, entrando em questão a interculturalidade, assim como a questão do bilinguismo no processo escolar da população indígena.

De fato, podemos verificar com a autora que, por mais que este modo de ensino atenda a especificidade de determinada comunidade, seu fim último é integrar todos os sujeitos brasileiros a um sistema único de educação, que é a promulgação da educação nacional imbricadas a símbolos que são introduzidos no preparo dos jovens indígenas à vida “civilizada”.

Seguindo o pensamento de Ives (2014), percebe-se que vários prejuízos puderam ser sentidos na vida dos indígenas que estavam sob o processo “educativo” da sociedade nacional, como: a proibição de suas manifestações culturais, iniciativas preconceituosas que os faziam negar as suas identidades ancestrais, castigos físicos que eram impostos caso algum indígena se desviasse do padrão social imposto, dentre outros.

É perceptível que essa imposição de valor atribuída à cultura nacional faça referência ao período colonial, bastante presente em nossa sociedade atual, pois assim como a autora discorre vemos que essas iniciativas continuam bem frequentes em nossa sociedade, tal como, ao considerar alfabetizado o indígena que aprende a ler e escrever na língua portuguesa, que é alvo de uma educação homogênea, pois não é levado em consideração seus saberes tradicionais adquiridos ao longo dos séculos, como é o caso da manutenção e progressão de suas línguas maternas, cito:

Assim, considero que pensar a escola como espaço de cruzamento e de reelaboração de saberes, seja promissor no contexto da escolarização das populações indígenas, tendo em vista que, o modelo de educação escolar indígena, reivindicado pelos grupos étnicos, pauta-se em paradigmas de pluralismo cultural, de respeito e de valorização de identidades étnicas. (IVES, 2014, p. 65).

Concordando com a autora, podemos dar relevância à importância que a escola deva dar a essa conquista dos povos indígenas, em divulgar a sua pluralidade. Sabemos que não existe um lugar mais propício a esse diálogo senão na escola, pois o contato com o diverso dentro do ambiente escolar pode contribuir de forma diminutiva aos indicadores de atos preconceituosos na vida em sociedade.

Dadas essas observações, alinhamos com Neusani Ives sobre a importância do ensino intercultural. Em acordo com Ives (2014), a educação intercultural indígena só passou a ser pensada de forma efetiva a partir da criação do Decreto nº 26/91 vigorada pela iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que trabalhou de acordo com o que estava previsto na Constituição Federal de 1988.

A iniciativa do MEC foi importante durante esse início de implementação de uma educação intercultural, assim como, a participação ativa dos estados e municípios que ajudaram a fortalecer os vínculos institucionais em virtude da criação de uma coordenação direcionada a escolarização indígena a autora complementa que:

Diante desta conjuntura começou-se a desenhar a política de educação intercultural para os povos indígenas que, no plano discursivo legal, assegura a revitalização de seus saberes, de suas memórias históricas e a reafirmação de identidades, como também o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. (IVES, 2014, p. 67).

A implementação da educação intercultural possibilitou a transmissão do estudo da cultura indígena, momento em que é voltado para a valorização dos saberes tradicionais que resistiram ao longo dos séculos. E, também, oportunizou essa interação social entre indígenas e sociedade brasileira não-indígena, pois os mesmos passaram a ingressar em vários setores profissionalizantes que foram de suma necessidade para a melhoria de vida de muitos jovens indígenas, assim como uma educação bilíngue assegurada pela LDB nº 9394/96 disposta em seu art. 78:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL, 1996).

Fica clara a finalidade do art. 78 para a educação indígena, pois, como vimos, o mesmo está direcionado aos valores conquistados ao longo dos séculos por povos tradicionais, assim como sua manutenção, que é a escolarização indígena bilíngue, onde é levada em consideração à importância da língua materna no processo educativo.

Sabemos que a educação indígena está ligada à divulgação dos acontecimentos históricos e dar espaço a essa educação intercultural oportuniza o diálogo entre os povos indígena e não indígenas que, mesmo depois de séculos, alguns sujeitos sociais tendem a negar e silenciar essa diversidade sociocultural. A respeito dos procedimentos normativos legais que regem as escolas indígenas, Ives (2014, p. 68) cita

o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), que preconiza a diversidade e a pluralidade cultural existente em nosso país e reconhece a - multiétnica, conhecimentos indígenas e autodeterminação, comunidade educativa indígena, comunitária, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada- e que tem servido de subsídio para elaboração de projetos pedagógicos das escolas indígenas.

Podemos argumentar que, com o passar dos anos a educação escolar indígena ganhou espaço e ordenamento jurídicos próprios adequadas para o seu funcionamento local, pois deve-se levar em consideração a especificidade dos povos tradicionais, que em virtude da sua pluralidade têm comportamentos culturais distintos.

Dito isso, lembramos que os povos indígenas não podem ser restritos às suas culturas, eles devem e podem, de acordo com seus interesses acompanharem as inovações tecnológicas, e assim fazerem as adaptações necessárias dentro de suas práticas sociais, pois diferente do período colonial, o indígena contemporâneo possui um espaço de autodeterminação na sociedade, e deve se articular de acordo com seus objetivos, como qualquer outra pessoa, cito

Hoje, o advento e a propagação da tecnologia facilitam a sobrevivência linguística indígena e o fortalecimento de tradições socioculturais de muitos povos indígenas. Isso implica no aproveitamento dessa tecnologia que avança para resistir e lutar pela preservação da herança cultural indígena e sua linguagem. (TRENTO; RIBEIRO, 2022, p.10).

Imediatamente, compreendemos que no período atual o auxílio da tecnologia pode trazer inúmeros benefícios para a vida de todos, inclusive das populações indígenas. Pois os aparelhos digitais podem ser manuseados para divulgar e conhecer diferentes culturas indígenas existentes em nosso país, visto que, o poder da tecnologia alcança um número de pessoas maior, em questão de segundos. E a influência dos não indígenas lançada às populações indígenas se torna irrelevante, uma vez que o contato com o público faz com que suas autodeterminações culturais se aflorem, sendo passadas, muitas vezes, por meio de vídeos falando em suas próprias línguas nativas e mostrando suas rotinas cotidianas e eventuais.

É nítido que, a língua portuguesa, nos dias atuais é de suma necessidade para todos os sujeitos nacionais que necessitam transitar dentro das instituições públicas/privadas ou se profissionalizar. Mas a valorização da oralidade indígena vai além de todos os atributos mencionados, a mesma diz respeito às nossas heranças históricas culturais, e nunca mais devem ser silenciadas, assim:

A língua materna não é só a língua mãe, ela é um dado biográfico, que faz parte da nossa história. Por mais que aprendamos outras línguas, é por ela que aprendemos a amar e recebemos os primeiros ensinamentos, é por ela que vemos o mundo. Neste caso, tem-se uma sociedade que durante milênios conheceu uma região, viveu sobre ela, viveu experiências pessoais de comunidade, de relacionamento humano e social e construiu para isso uma maneira de expressão, que é a língua. Essas sociedades trouxeram ensinamentos que perduram até os tempos atuais, como a domesticação da maior parte das plantas que hoje movem o mundo, e esse fato se tem por conta do aprendizado da língua materna indígena. (TRENTO; RIBEIRO, 2022, p.14-15).

No entanto, mostra-se indispensável que a educação básica seja ministrada na língua materna dentro das comunidades indígenas, como primeira, e a língua portuguesa como segunda. Justamente, para promover a valorização dessas culturas que merecem mais que um ensino diferenciado.

Promover a veiculação da História e Cultura das populações indígenas visa ressaltar que essas populações não têm seu início apenas após 1500, o século do suposto “descobrimento” do Brasil. Antes mesmo da chegada dos colonizadores, já existiam comunidades indígenas com suas próprias estruturas organizacionais. No entanto, a chegada dos colonizadores resultou em diversas formas de opressão para essas populações: territórios foram tomados à força e indivíduos de diferentes etnias foram exterminados. A imposição de uma cultura estranha levou a sofrimento

e perseguições contínuas aos povos indígenas, resultando na supressão de suas culturas de maneira genocida.

A dicotomia entre as falas do indígena Álvaro Sampaio Fernandes (Álvaro Tukano) e os autores Neto e Manoel (2008) ilustra como as missões jesuíticas afetaram a vida dos indígenas durante o processo educacional, deixando claro que esses impactos foram variados. É crucial ouvir diretamente as perspectivas dos povos indígenas sobre essa “educação”, pois foram eles que vivenciaram o sofrimento causado por ela. Desde a separação forçada de suas famílias até a aprendizagem de línguas completamente estranhas às suas, crianças e jovens indígenas eram submetidos a castigos extremos por quaisquer desvios cometidos.

Portanto, é fundamental garantir, por meio de dispositivos legais, a preservação das línguas maternas indígenas, assegurando assim a transmissão das línguas ancestrais às futuras gerações e permitindo que a escola atue como um veículo de conhecimento em suas línguas nativas. Essas medidas visam evitar que proibições e silenciamentos semelhantes voltem a ocorrer em nossa sociedade, de forma a respeitar a diversidade cultural e promover a valorização das contribuições dos povos indígenas para a história e identidades do Brasil.

3 DO DIREITO DE SER INDÍGENA

Para Laraia (2001), a cultura exerce uma influência significativa na formação do ser humano, já que este é capaz de viver de diversas maneiras, mas está condicionado a seguir as práticas culturais do seu povo. Nesse sentido, a questão não se relaciona mais com as possibilidades físicas individuais, mas sim com o que é permitido ou não pela ética e moralidade do grupo ao qual pertence. Durante o período colonial, a cultura foi utilizada como um mecanismo para desqualificar outras populações. Embora de forma inconsciente as grandes navegações permitiram a chegada dos colonizadores em locais antes inimagináveis, o que geraram os primeiros sentimentos etnocêntricos ao julgar as práticas culturais de outros povos a partir de suas realidades.

A cultura é um fenômeno dinâmico e em constante evolução, que se adapta às mudanças sociais e históricas de um povo, buscando satisfazer suas necessidades culturais e biológicas através das influências dos pensamentos coletivos. Porém, quando ocorre uma quebra dessa harmonia, como mencionado por Laraia (2001), devido à apatia gerada pelo desânimo, há uma perda cultural, já que as práticas culturais que mantinham a comunidade viva e unida deixam de ser transmitidas.

Esse fenômeno pode ser observado nas comunidades indígenas durante o período colonial, quando muitos indígenas cometiam suicídios, homicídios e infanticídios para livrarem-se do sofrimento, o que representou uma grande perda cultural para seus descendentes. A cultura, ao envolver o imaginário, dita as normas de manusear os recursos necessários para a sobrevivência de seus respectivos povos, desde a escolha ao preparo dos recursos alimentícios disponíveis. Diante disso estão atrelados todos os segmentos sociais e podemos ver como a cultura opera na moldagem do ser humano.

Assim, é fundamental reconhecer a diversidade cultural e valorizar as diferenças, buscando sempre a compreensão e o diálogo intercultural como forma de promover a harmonia e a convivência pacífica entre os variados povos. Tais povos, como os indígenas, foram importantes para o desenvolvimento da sociedade atual, ao passo que suas práticas produtivas foram sendo aperfeiçoadas e universalizadas.

Ainda, seguindo o pensamento de Laraia (2001), concordamos que é imprescindível conhecer pelo menos o básico da nossa cultura para nos integrarmos adequadamente à sociedade, questionarmos a nossa realidade e compreendermos seu funcionamento. Essa compreensão nos fornece acesso a informações que nos engajam e nos capacitam a colaborar para mudanças futuras, além de nos permitir identificar e combater preconceitos, exclusões e injustiças. Embora em algumas situações seja necessário considerar a opinião de especialistas. De modo que na maioria das vezes, somos orientados pelos ensinamentos ancestrais de nossos familiares.

É fundamental valorizar e preservar nossa cultura, ao mesmo tempo em que abraçamos e respeitamos as diferenças culturais dos outros. Dessa forma, podemos nos tornar agentes de transformação social e construir um mundo mais justo e igualitário para todos. A compreensão da nossa cultura é uma ferramenta poderosa para a promoção de mudanças positivas em nossa sociedade, pois

Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos. (LARAIA, 2001, p. 18).

O autor afirma que mudanças inevitavelmente resultam em conflitos, já que o choque entre a tradição e a inovação ocorre constantemente levando a uma transformação na forma como diferentes sociedades produzem, pensam e agem. Isso pode ser visto em algumas populações indígenas que, ao longo dos séculos, preservam suas práticas tradicionais, mas também incorporam inovações em suas comunidades como uma maneira de se engajar na dinâmica social.

Ademais, os inúmeros acontecimentos socioculturais que as populações indígenas enfrentam desde o período colonial desencadearam a criação de dispositivos legais com o objetivo de reparar os danos culturais sofridos e promover a valorização das diferenças entre os diversos povos indígenas presentes em nosso território. A riqueza da sociedade brasileira está na sua diversidade cultural, que abrange uma ampla variedade de comunidades muitas vezes distantes e desconhecidas umas das outras.

Nesse sentido, é crucial promover o acesso a diferentes modos de organização existentes em nosso território, incluindo as culturas não indígenas, indígenas, quilombolas, ciganas, sertanejas e outras comunidades tradicionais. Essas organizações socioculturais merecem ser divulgadas e compartilhadas entre os diversos povos, a fim de combater a ignorância gerada pela falta de conhecimento e, incentivar a interação harmoniosa entre as diferentes formas de pensar e agir do Brasil.

Segundo o pensador indígena Daniel Munduruku (2012), a Constituição Federal de 1988 marcou um momento importante na história dos povos indígenas do Brasil. Ao reconhecer a diversidade cultural dessas populações, foi concebido-lhes a autodeterminação, garantindo-lhes o direito à liberdade de expressão por meio da manifestação de suas variadas etnias. Cabendo ao Ministério Público a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dessas comunidades e atuar em sua defesa quando impedidos de participar plenamente da sociedade. Vejamos:

Era isso que se esperava de todos os povos indígenas brasileiros, quando se propunham políticas de assimilação que contemplavam o “apagamento” da memória ancestral a favor de um projeto de “abrasileiramento”. A atuação destas lideranças culminou com o questionamento sobre esses projetos de extermínio e mostrou ao Brasil e ao mundo a cara desconhecida dos povos indígenas, oferecendo-lhes a possibilidade de uma nova política de Estado. [...] Grande parte do tratamento que historicamente se deu aos povos indígenas é consequência de um jogo de poder que desqualifica essas sociedades como capazes de comandar o próprio destino de forma autônoma. Claro que isso não é sem propósito e tem a ver em parte com o tipo de solução econômica que elas deram e dão para perpetuar sua existência no espaço geográfico que habitam e onde construíram para si uma compreensão da realidade que foge aos padrões científicos, econômicos e religiosos da sociedade ocidental. Essa incompreensão não é intelectual, mas nasceu como se fosse. (MUNDURUKU, 2012, p. 64-65).

A insatisfação com as condições de vida dessas populações levou ao surgimento do movimento indígena brasileiro em meados da década de 1960. A partir desse momento, iniciou-se a criação das primeiras consciências políticas entre os diferentes povos, graças ao engajamento de uma parcela significativa de não indígenas que se dedicaram a defender os direitos das populações indígenas, promovendo a valorização e a preservação de suas culturas. Havendo, desde então, uma tomada de consciência entre as comunidades indígenas, que passaram a estabelecer alianças e laços de solidariedade durante tais articulações.

Ainda, o movimento possibilitou a divulgação das situações precárias enfrentadas por várias comunidades indígenas, o que gerou uma identificação de necessidades comuns entre os povos, tais como assistência médica, social, educacional e questões jurídicas. Além disso, a incorporação de líderes indígenas de diferentes etnias foi um fator importante para ampliar o conhecimento sobre a realidade de outros povos dispersos pelo Brasil, ao permitir que as demandas dos povos indígenas fossem mais veiculadas e levadas mais adiante para as autoridades e sociedade em geral. A partir dessa consciência política, as reivindicações das comunidades indígenas foram ganhando força e adequando as políticas públicas que seriam destinadas a essas populações, o que contribuiu para a melhoria das condições de vida desses povos no Brasil. Então:

Ficou, assim, claro que o órgão que executava a política indigenista oficial desde 1967, quando foi criado, trazia em seu bojo ideológico a certeza de que as populações indígenas seriam assimiladas ou integradas à vida nacional, mesmo sabendo sobejamente da capacidade de resistência própria desses povos, coisa que já havia sido repetidamente lembrada por Darcy Ribeiro (2004). Ou, talvez, seja justamente por saber disso que passou a desenvolver projetos econômicos que desorganizavam a estrutura do tecido social dessas sociedades. Projetos esses que tinham como objetivo a incorporação ao cenário econômico local, o que gerava conflitos entre a economia tradicional - baseada no comércio do excedente -, tornando as comunidades escravas dos produtos e instrumentos industrializados. (MUNDURUKU, 2012, p. 35-36).

Fica evidente, que esse órgão criado para fazer a mediação entre os povos indígenas e o Estado nacional trazia em suas configurações vestígios que promoviam a integração dos povos indígenas aos costumes da sociedade dos não-indígenas, como argumenta o autor. Com base nas ações realizadas pela FUNAI, é possível observar que a ideologia de integração dos povos indígenas à sociedade nacional estava cada vez mais presente, mesmo que houvessem resistências por partes dessas comunidades.

Os investimentos locais passam a ser incorporados ao sistema econômico capitalista que buscava enquadrar os indígenas dentro desse sistema. No entanto, essa atitude desarticulou a vida econômica tradicional desses povos, uma vez que passaram a adotar novos comportamentos e atitudes, modificando seu sistema interno de troca pela incorporação de produtos industrializados já preparados em suas comunidades. Como resultado o surgimento de consumidores compulsivos dentro das áreas indígenas, que procuravam qualquer meio para obtê-los.

Assim, é importante considerar que as políticas integracionistas podem ter consequências negativas para as comunidades indígenas, pois muitas vezes implicam na fragilização de suas manifestações tradicionais pela implementação de novos hábitos. Por isso, é necessário que ações governamentais sejam pautadas no respeito à diversidade cultural desses povos, e no diálogo com suas lideranças, a fim de promover a perpetuação de suas culturas. E para alcançar esse objetivo, contou-se com a participação de diversas entidades, como organizações não governamentais, instituições de ensino, acadêmicos, manifestantes e até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Todas essas entidades trabalharam em conjunto para criar mecanismos que pudessem regularizar as reivindicações indígenas e dar-lhes uma dimensão política mais ampla, cito

o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a atuar como idealizador e realizador de assembleias de chefes indígenas. Nelas eram reunidas lideranças de diferentes regiões do país, chegando a mobilizar os mais de 200 povos indígenas. A principal pauta naquelas discussões eram as questões voltadas para a defesa do território indígena, sempre considerado o mais importante instrumento para a manutenção da cultura tradicional. No entanto, a pauta não se prendia apenas em notícias ou reivindicações. Era propósito do Cimi que os indígenas presentes também tomassem consciência de seu papel histórico na transformação da sociedade. (MUNDURUKU, 2012, p. 52).

O autor destaca a clareza dos objetivos do CIMI em relação aos povos indígenas. A instituição tinha o compromisso de regularizar as reivindicações dessas populações, oferecendo-lhes apoio político para garantir seus direitos territoriais tradicionais, que são fundamentais para suas sobrevivências. Além disso, o CIMI articulava projetos que valorizavam as produções socioculturais indígenas, reconhecendo a importância dessas manifestações culturais para a formação da nossa sociedade nacional.

Dessa forma, buscava conscientizar os indígenas sobre a relevância de suas culturas para a história, contribuindo para a valorização das diversidades culturais do Brasil. De acordo com o autor foi necessário ressignificar o vocabulário utilizado para se referir aos líderes indígenas, retirando a conotação pejorativa da palavra 'índio', que generalizava todas as populações indígenas sob a ótica europeia, com o objetivo de inferiorizá-las. A partir daí, os próprios povos indígenas passaram a utilizar o termo como forma de resistência e articulação política de seus anseios, reconhecendo a importância da identidade genérica articulada ao termo.

Essa mudança de significado possibilitou a organização dos povos indígenas em torno de suas novas conjunturas políticas, projetando sua luta por direitos territoriais tradicionais e valorização de suas culturas e manifestações. O indígena Munduruku (2012) diz que o ano de 1990 foi uma década que significou bastante para o movimento indígena, pois estiveram à frente na ocupações de cargos importantes no âmbito da sociedade não indígena, pois foi cedido aos mesmos participações administrativas que colocaram o “índio” em uma posição de bastante responsabilidade, essa direcionada apenas aos não-indígenas, comumente.

A participação ativa dos povos indígenas tanto no planejamento quanto na organização de políticas públicas gerou uma reação negativa, reacendendo o preconceito estrutural por parte daqueles que historicamente discriminaram e marginalizaram essa comunidade. Para o autor, esse preconceito se manifestou quando algumas comunidades indígenas tiveram dificuldades em prestar contas dos recursos destinados a elas pelo Governo, momento em que esses críticos buscaram questionar a legitimidade da participação indígena nas decisões políticas.

E, para solucionar a problemática das dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas em prestar contas dos recursos públicos destinados a elas, foi necessário pensar em projetos de capacitação dos seus representantes políticos. Essa iniciativa visava instruí-los a gerir de forma mais eficiente e transparente esses recursos, garantindo assim a sua correta aplicação e o atendimento das necessidades de suas comunidades.

3.1 Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A respectiva Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como (LDBEN), foi criada com o objetivo fundamental de estabelecer os princípios que orientam a educação no Brasil e organizar o sistema de ensino do país, contemplando a educação infantil até o ensino superior. É considerada como a “Constituição do Ensino” por Brandão (2018), devido à sua abrangência e complexidade como legislação educacional.

A LDBEN reconhece a diversidade cultural brasileira e estabelece diretrizes para uma educação plural, contextualizada e inclusiva. Ela norteia a atuação de todos os órgãos de ensino do país, desde escolas públicas, privadas até instituições

de ensino superior, buscando garantir a qualidade, a equidade e a igualdade de condições no acesso e permanência na educação. No entanto, a aplicação da referida lei pode necessitar de ajustes e adaptações para atender às diferentes realidades educacionais do país, levando em consideração as particularidades regionais, socioeconômicas e culturais.

Passando a ser alvo de discussões e debates constantes, pois visa aprimorar as políticas e práticas educacionais no Brasil, forma esta de garantir o pleno exercício do direito à educação para todos os cidadãos. Mas não basta apenas garantir o acesso à educação, é preciso que a mesma leve em consideração as questões sociais mencionadas anteriormente, para que possibilite a veiculação de um ensino que faça sentido e referência com as práticas culturais da sociedade. Um dos principais problemas apontados por Libâneo (1985) em relação à educação brasileira diz respeito à adoção de metodologias e práticas pedagógicas que não estão alinhadas com a nossa realidade social.

Isso resulta em um ensino centralizado em abordagens importadas de outros países, o que acaba silenciando a riqueza da diversidade cultural do Brasil e prejudicando o progresso educacional. E, somente a partir dos anos 1960 que uma consciência popular começou a emergir, destacando a necessidade de superar esse eurocentrismo na educação brasileira, na busca pela valorização das nossas próprias referências culturais e sociais.

A inserção do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena é uma importante conquista para as populações indígenas e afrodescendentes no Brasil. No entanto, é fundamental que os profissionais da educação estejam devidamente capacitados para ministrar esses conteúdos, uma vez que são temáticas específicas e sensíveis.

É necessário que haja uma preparação adequada para abordar esses temas de forma a contribuir para a valorização de cada cultura, por meio da educação artística, literatura e histórias brasileiras, que são fundamentais para o entendimento da construção da identidade nacional. Ademais, entra em questão a importância da língua durante o período de escolarização. Para tanto, as iniciativas de promoção e valorização das culturas indígenas estão presentes no art. 79, que dispõe sobre como a Educação Escolar Indígena deve ser implementada:

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL, 1996, Art. 79).

No âmbito das questões políticas e sociais das comunidades indígenas, tem-se observado um progresso significativo na autodeterminação dos povos indígenas, especialmente no que diz respeito à educação. O direito a uma educação diferenciada, porém equitativa em termos de qualidade, tem sido cada vez mais reconhecido como um fator primordial a capacitar os jovens indígenas na atuação de sua própria educação. Isso tem sido realizado por meio de programas de formação inicial e continuada, que capacitam os profissionais indígenas e gestores, e cedam lugar para que a comunidade, em geral, participe ativamente na elaboração curricular e nas políticas pedagógicas de suas escolas, levando em consideração a realidade social e cultural de suas comunidades.

Essa abordagem participativa tem contribuído para a criação de materiais didáticos diferenciados, que são elaborados pelos próprios professores indígenas em parceria com suas comunidades ou instituições especializadas. Valoriza-se assim, a sabedoria ancestral e a riqueza cultural dos povos. Esses materiais didáticos são desenvolvidos levando em conta as especificidades linguísticas, culturais e cosmológicas dos indígenas, o que permite uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes indígenas.

Essa abordagem valoriza e fortalece a identidade cultural dos estudantes indígenas, promovendo a valorização de suas tradições, conhecimentos e práticas ancestrais, ao mesmo tempo em que oferece uma educação de qualidade e atualizada. Todas as prerrogativas mencionadas anteriormente são conquistas significativas para os povos indígenas, sendo abordadas de forma mais detalhada na *Resolução nº 5 de 2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica*. Nessa resolução, destaca-se a

importância da participação ativa das comunidades indígenas na configuração de suas próprias organizações educacionais e políticas, como um elemento fundamental para o fortalecimento de suas culturas e identidades.

3.1. 2 O movimento indígena brasileiro e a Lei 11.645/08

Desde já, é importante ressaltar que o movimento indígena brasileiro é um processo contínuo e complexo, permeado por uma série de eventos e marcos ao longo da história. Para compreender sua trajetória, é essencial destacar dois momentos cruciais que ocorreram na década de 1970 com o surgimento das primeiras organizações indígenas, como a criação da União das Nações Indígenas (UNI) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Ambas desempenharam um papel fundamental na defesa dos direitos dos povos indígenas e na denúncia das violações cometidas contra eles. Esses pioneiros movimentos organizados foram essenciais para iniciar um processo de conscientização e mobilização em prol da garantia dos direitos indígenas, contribuindo para a construção de uma luta coletiva por justiça e reconhecimento.

O movimento indígena brasileiro (1970-1990), mencionado anteriormente, foi um marco que trouxe à luz a realidade social das populações indígenas em nossa sociedade, evidenciando a diversidade cultural existente dentro das etnias, que anteriormente eram tratadas de forma genérica pela sociedade brasileira.

Essa aproximação foi possibilitada pelo trabalho incansável de cientistas, acadêmicos e organizações não-governamentais, que contribuíram para o processo de divulgação e autoafirmação de muitas populações indígenas, que buscavam articular suas ações em conjunto para alcançar a atenção do Estado.

As aspirações das populações indígenas não se limitavam apenas à necessidade de políticas territoriais protetivas, mas também incluíam a criação de um ensino diferenciado, que valorizasse suas línguas étnicas e sua cultura “pois, para muitos, uma educação diferenciada significava um retrocesso. Para outros, apontava-se para novas possibilidades de organização do movimento, com vistas a se avançar no processo de conquista da escola” (GIROTTI, 2006, p. 87). Essa demanda por um ensino que respeitasse a diversidade cultural indígena refletia na busca por uma educação que não apenas capacitasse os indígenas para o mundo

moderno, mas que fortalecesse sua identidade cultural e sua relação com a sociedade.

Assim, o movimento indígena brasileiro foi fundamental para a visibilidade das populações indígenas e para a defesa de seus direitos, reforçando a importância da diversidade cultural e da valorização das línguas étnicas como elementos essenciais na promoção do respeito aos povos originários e à sua rica herança cultural. A criação de dispositivos legais voltados para as populações indígenas foi fundamental para estabelecer institucionalmente os direitos dessas etnias em todo o território brasileiro.

No contexto da educação, as aspirações expressadas pelas próprias comunidades indígenas foram determinantes para a elaboração de leis e artigos que definissem como a educação deveria ser promovida em suas culturas, uma vez que não fazia mais sentido impor um modelo de ensino integrador naquele contexto social. Isso resultou em uma mudança significativa na forma como a diversidade cultural indígena era tratada, não sendo mais aceitáveis programas educacionais que categorizassem os indígenas de forma genérica.

Logo, entra em consonância com a pluralidade cultural existente entre as populações indígenas, pois é levado em consideração seus métodos próprios de aprendizagem, estes que estão atrelados à parte diversificada exigida pela característica geográfica e cultural de cada organização social. Reconhecendo o direito dessas populações a uma educação escolar diferenciada, sendo desenvolvida em colaboração com os integrantes das comunidades, garantindo a participação étnica na elaboração dos programas e projetos pedagógicos.

Como também, a formação de professores indígenas e a valorização das línguas indígenas como parte do processo educacional; destacando a importância da preservação e promoção da cultura indígena na educação escolar. Vejamos como a educação assume um papel importante na vida social da humanidade:

Dessa forma, a contribuição essencial da educação escolar para a democratização da sociedade consiste no cumprimento de sua função primordial, o ensino. Valorizar a escola pública não é, apenas, reivindicá-la para todos, mas realizar nela um trabalho docente diferenciado em termos pedagógico-didáticos. Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressar bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar; é ajudá-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como

pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para melhoria de suas condições de vida. (LIBÂNEO, 1985, p. 12).

Para Libâneo, a educação assume um papel fundamental na vida dos indivíduos, indo além de simplesmente inseri-los socialmente. É necessário que as práticas educacionais sejam relevantes e significativas dentro de um contexto social específico. A educação deve capacitar os educandos a adquirir conhecimentos essenciais para a regulação de suas vidas sociais e políticas, além de ajudá-los a engajar-se em articulações políticas relevantes para a preservação de sua comunidade.

Um exemplo concreto é o ensino na língua indígena, que permite aos jovens indígenas transmitir as questões políticas de sua comunidade para os mais velhos em sua própria língua, facilitando a compreensão mútua e fortalecendo sua identidade cultural. Se tornando uma educação contextualizada e sensível à realidade local e que possibilita uma formação mais efetiva e significativa para os educandos.

Sendo, “na verdade, o que ocorre é que a sociedade determina as condições de educabilidade da criança, a criança já é socializada desde que nasce” (LIBÂNEO, 1985, p. 99). Para o autor, as crianças não nascem educadas, elas aprendem com seus familiares os princípios que regulam a sua tradição, sendo, no entanto, modeladora da natureza humana.

Entra, em questão a análise do contexto social pela imposição de regras e princípios a ser seguido por seus descendentes. É para isso (e por isso) que a educação deve assumir essa flexibilização democrática e pedagógica, pois a educação vai além da aprendizagem científica.

A Lei nº 11.645/08 é a modificação da Lei nº 10.639/03, no qual foi adicionado o estudo da História e Cultura Indígena nos ambientes escolares. Visando combater o racismo e as desigualdades em relação aos conteúdos direcionados aos mesmos. É possível afirmar que a criação dessa Lei representa uma grande conquista para a sociedade brasileira. A partir da obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas em instituições públicas e privadas, a lei possibilita a divulgação e valorização das próprias comunidades indígenas por meio de seus protagonismos e publicação de seus próprios materiais.

Para Silva (2017), a falta de capacitação de muitos profissionais não indígenas atuantes na educação é um dos problemas que contribuem para uma mediação intercultural superficial e muitas vezes equivocada. Essa falta de preparo não colabora para a erradicação dos estereótipos preconceituosos que persistem há séculos.

Dessa forma, a importância da troca de saberes não deve partir apenas da cultura indígena, mas sim da sociedade num todo se relacionando. Esforços não devem ser medidos para tentarmos reparar os danos causados pela colonização aos indígenas, e afrodescendentes de nosso país, logo que, a construção dessa inferioridade sofrida pelos indígenas foi instaurada no período colonial, e se projeta até os dias atuais de diversas formas, e que precisam ser erradicadas. Ao passo que devemos preservar o respeito para com as diferenças culturais.

No entanto, o movimento negro na década de 1970 que passou a negar e denunciar a ideologia da democracia racial e reivindicar uma maior participação política e escolar de homens e mulheres negros, como podemos observar em:

A Lei nº 10.639 aparece como fator principal para a construção de uma nova sociedade e como resposta a uma demanda do movimento negro que já vinha reivindicando um novo tratamento para a história do Brasil a fim de realocar alguns personagens para que fosse valorizada, de fato, a participação dos africanos e de seus descendentes como sujeitos da sua própria história e da construção da história do Brasil, não estando representados apenas em um passado datado: o da escravidão. (MORAES, 2015, p. 245).

Vê-se que a Lei nº 10.639/03 foi o reflexo das lutas do movimento negro a partir da década de 1970 para a construção de uma nova sociedade onde os mesmos buscavam valorizar a participação dos africanos na construção histórica de nosso país como sujeitos donos de sua própria história. Na tentativa de formar uma sociedade livre de preconceitos, em que o estudo dos africanos era passado através da escravidão buscando desligar-se desse passado datado.

Aliás, não se pretendia, com a lei, mudar a perspectiva eurocêntrica do ensino para uma "afrocêntrica". O objetivo era associar a ideia de nação democrática ao reconhecimento da diferença social, bem como estabelecer uma relação intercultural com os processos educacionais, tendo como resultado, mais tarde, uma sociedade justa, igual e equânime. (MORAES, 2015, p. 246).

A autora ressalta a importância de o conhecimento produzido por pesquisadores a respeito da África devessem, de alguma forma, vincular-se com a escola na interação do saber teórico e prático na perspectiva de serem criados materiais didáticos mais aprofundados sobre o estudo da cultura africana para a educação básica e suporte para os professores.

Pretende desligar-se de um ensino estereotipado no qual é apresentado aos alunos à religião, a dança e a culinária africana como contribuinte para a cultura brasileira. Sendo necessária essa revisão histórica a partir da Lei cujos estudos relacionados aos africanos se desliguem da escravidão e sejam reformulados a partir do fortalecimento de suas identidades e diversidade cultural.

Ao destacar a necessidade do estudo da história e da cultura indígena, pretende-se, dentre outros fatores, desmistificar algumas características dadas aos indígenas em algumas interpretações históricas, assim como destacar a heterogeneidade da expressão “índio”. Ela não contempla a diversidade étnica presente nos grupos nativos existentes no Brasil até mesmo nos dias atuais. (MORAES, 2015, p. 248).

Parte-se a necessidade de estudar os diversos grupos étnicos indígenas, importantes para formação da identidade nacional, em que os estudos dos mesmos não eram contemplados na Lei nº 10.639/03, sendo modificada pela Lei nº 11.645/08 e passando a inserir o estudo da História e Culturas Indígena. Importantes para desmistificar algumas características históricas dadas aos indígenas durante o período colonial, principalmente em relação a uma errônea interpretação direcionada ao termo “índio”, direcionados aos mesmos, reduzindo as diversidades culturais de etnia para etnia, os englobando em um sistema cultural homogêneo inexistente.

Ocorre essa mesma redução aos afrodescendentes. Então, surge a necessidade de intervir na história do Brasil, pois a figura do indígena ganha um novo significado na necessidade de quebrar a dicotomia historiográfica de sua participação apenas durante o processo colonial, onde os indígenas aparecem apenas como vítimas dos portugueses, ora como guerreiros que resistiram ao processo de aculturação.

Retratados como sujeitos incapazes na formação da identidade brasileira, em que anule as hierarquias entre as culturas, na qual a europeia é superiorizada e a indígena inferiorizada no que diz respeito às mudanças dos comportamentos sociais. Como nos mostra Moraes (2015, p. 251): “Nesse caso, o racismo ganha uma faceta

ainda mais cruel, porque é exercido por crianças que não sabem o significado de expressões ouvidas em outro momento, mas que mesmo assim as reproduzem na escola”.

Professoras (es) travam batalhas cotidianas no ambiente escolar a respeito de práticas racistas ocorridas dentro do ambiente escolar, crianças e adolescentes chegam na sala de aula reproduzindo o que ouvem fora da escola sem ao menos saberem o significado de tais palavras; direcionando-as a minoria, que no caso são colegas negros e indígenas.

Os pais são como espelho para seus filhos, mas a sociedade em si contribui para a formação social do indivíduo. Surge então a tarefa para as professoras (es) de ensinarem essas crianças e adolescentes sobre o que são práticas racistas, indo de conceitos básicos como “o que é racismo?”, na tentativa de erradicar dos ambientes escolares práticas preconceituosas, ensinando-os a respeitarem a diversidade étnica presente em nossa sociedade.

No entanto, se faz indispensável mostrar às alunas (os) que os indígenas e negros de nosso país lutam até os dias atuais. Os mesmos estão lutando cotidianamente por seus direitos, demarcações de terras e por melhores condições de vida, portanto, “não há dúvida de que os autores dos livros didáticos já avançaram muito no que se refere a inserir homens e mulheres negros na história do país, porém ainda é preciso avançar quanto ao local em que estes aparecem nos livros” (MORAES, 2015, p. 253).

E para isso, a Lei se torna uma alternativa crucial para reparar, em parte, os danos causados às populações indígenas e afrodescendentes do nosso país, uma vez que o período colonial fragmentou profundamente suas vidas. Nesse sentido, a legislação desempenha um papel fundamental ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dessas populações marginalizadas, o que exige a criação de materiais didáticos adequados para essa abordagem, visando promover o estudo da diversidade cultural e o conhecimento dessas comunidades por meio de abordagens metodológicas de ensino/aprendizagem inovadoras.

4. ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS HUMANAS – GEOGRAFIA

Para nossa abordagem documental, utilizaremos o livro didático *Multiversos: Ciências Humanas: Sociedade, natureza e sustentabilidade*, destinado a área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, publicado em São Paulo, no ano de 2020 pela editora FTD, 1. ed. E utilizado na 2ª série do ensino médio.

Os autores do livro didático analisado são: Alfredo Boulos Júnior, Doutor em educação - área: da História da Educação (PUC-SP) e Mestre em Ciências - área: da História Social (USP). Lecionou em escolas da rede pública e privada e em cursinhos pré-vestibulares, e é autor de coleções paradidáticas. Edilson Adão Cândido da Silva, Mestre em Ciências - área: Geografia Humana (USP), bacharel e licenciado em Geografia (USP), é professor atuante há 20 anos no Ensino Médio e Superior. Laercio Furquim Júnior, Mestre em Ciências - área: Geografia Humana (USP), bacharel e licenciado em Geografia (USP), e também atua há 20 anos no Ensino Médio e Superior.

Os conteúdos do presente livro estão organizados em duas unidades, existem seis capítulos e trinta e dois subcapítulos no total. A presente análise buscou verificar em quais momentos o livro didático divulga o protagonismo e os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas, a partir dos temas propostos. Logo abaixo se encontra uma tabela com as informações sobre a organização do livro em questão:

Quadro 01 - Estrutura do livro didático.

UNIDADES	CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
Unidade 01: Sociedade, recursos naturais e meio ambiente.	Capítulo 01: Produção, consumo e questões socioambientais.	<ul style="list-style-type: none">➤ Obsolescência programada.➤ A indústria cultural.➤ Consequências do consumo.➤ Descarte e reaproveitamento.➤ Consumo consciente.
	Capítulo 02: Recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none">➤ Natureza, sobrevivência e consumo.➤ Recursos naturais renováveis e não renováveis.➤ Uso de recursos naturais na produção.➤ Produção mineral brasileira.➤ Recursos naturais e geração de energia.➤ Mineração e impactos ambientais.

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fontes energéticas alternativas e o futuro.
	Capítulo 03: Água	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vida e água. ➤ Distribuição natural da água. ➤ Água: recurso para a vida e para produção. ➤ A rede de rios: o caminho das águas. ➤ Água: conflitos de interesse.
Unidade 02: Desenvolvimento e sustentabilidade.	Capítulo 04: A questão socioambiental: relações entre sociedade e natureza.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A natureza e as sociedades humanas. ➤ Natureza: recurso infinito? ➤ Ecologia e meio ambiente. ➤ Sustentabilidade. ➤ Modos de vida de comunidades tradicionais. ➤ Unidades de conservação.
	Capítulo 05: A questão socioambiental no âmbito global.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tratados e acordos internacionais. ➤ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS). ➤ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ➤ Governança ambiental no Brasil.
	Capítulo 06: Sustentabilidade na cidade e no campo do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ordenamento territorial. ➤ Mudanças climáticas. ➤ Meio ambiente urbano e questões socioambientais. ➤ Agropecuária e sustentabilidade no Brasil. ➤ Impactos ambientais das atividades agropecuárias.

Fonte: Livro Didático da 2ª série, 2021.

Existem textos complementares que reforçam os conteúdos trabalhados nos capítulos, os mesmos estão presentes nas seções: *Para refletir e argumentar*; *Dialogando*; *Integrando com Ciências da Natureza e suas Tecnologias*; *Dica*; *Retomando*; *Atividade síntese*; *Leitura de imagem*; *#JovensProtagonistas*; *#JovensEmAção*. Os conteúdos são abordados de forma clara e objetiva, o que em alguns casos tornam os conteúdos trabalhados bem superficiais, como é o caso da participação do indígena ao longo da história, o que tende a não atrair como o pretendido a atenção dos estudantes. De modo geral os conteúdos são de acordo com a área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de fácil entendimento e de acordo com a faixa etária do alunado que se propõe, 16 anos. Os conteúdos do livro partem de acontecimentos de nível internacional a nacional, em que são mostrados os principais acontecimentos ocorridos no Brasil para facilitar o entendimento dos estudantes durante os estudos de forma crítica, e interligá-los

aos órgãos internacionais que se propõem a assegurar a paz entre as Nações e desenvolvimento sustentável.

Seus conteúdos são problematizados nas seções: atividade síntese, dialogando, para refletir e argumentar, jovens protagonistas e jovens em ação, em que é cedido aos estudantes a oportunidade de resolverem problemas presentes em suas realidades, o que é uma forma de os envolver ativamente e não apenas apresentar os conteúdos. Estimulando a participação de todos, na tentativa de rever as atitudes e os valores até então praticados pelos estudantes. Possui glossário que contém o significado de palavras formais e acontecimentos históricos ainda não estudados pelos discentes, na tentativa de envolvê-los no diálogo textual.

A maioria das ilustrações gráficas no livro apresenta uma ótima qualidade, quando não, existem textos descritivos que auxiliam no seu entendimento. Sendo todas pertinentes e relacionadas aos temas abordados, facilitando na compreensão dos estudantes. A quantidade de ilustrações presentes no livro se fazem relevantes, pois facilita a compreensão do objeto estudado pelos estudantes e também os aproximam através das imagens a uma realidade ou situação distante das suas, instigando a imaginação e senso crítico dos mesmos.

Durante a análise constou-se que as atividades são adequadas ao ano que se destina: 2ª série do Ensino Médio, e as capacidades dos estudantes em respondê-las a partir do estudo dos temas propostos de forma crítica e reflexiva, como no caso das ações mineradoras que impactam o meio ambiente e a vida tradicional das populações indígenas comprometendo sua utilização a partir do rompimento das barragens de Fundão - Mariana (2015) e Feijão - Brumadinho (2019). Há a oportunidade de envolver todos os estudantes, e por assim aplicar propostas de trabalhos individuais ou em grupos a serem desenvolvidos a partir da observação ambiental de sua localidade, e por assim analisar os impactos ambientais de sua área e propor alternativas que possam superá-los.

A crítica endereçada ao livro didático, neste trabalho, se direciona aos conteúdos que abordam as representações indígenas no mesmo. O livro aborda a questão da diversidade cultural apresentando algumas personalidades étnicas indígenas sempre buscando relacionar o tema estudado a partir dos conhecimentos e participações dos povos indígenas na história. Mesmo que em muitas vezes haja essa divulgação cultural, a mesma é posta na maioria das vezes em seções

complementares, apenas como afirmação de estar seguindo os princípios da Lei N° 11.645/08, não se observa como esperado o protagonismo dos povos indígenas. O tema é tratado de forma genérica e esquecido em um tempo passado, não há veiculação de suas manifestações na atualidade para que possam auxiliar os estudantes no entendimento do contexto presente, o indígena é retratado no livro a partir de sua simbologia tradicional, e não existem informações necessárias para entender como os mesmos estão se articulando politicamente, na tentativa de alcançar as políticas públicas capazes de qualificar os indígenas para a vida política e social.

No livro há menção às etnias Naô Xohã, Krenak, Enawene Nawe. As personalidades mencionadas no livro são: Davi Kopemawa e Ailton Krenak. É ilustrado no livro a imagem de indígena da etnia Kaiapó, de Ailton Krenak, indígena da Amazônia adorando o Deus Sol, do indígena Enawene com sua indumentária e de uma indígena construindo barragens para capturar peixes a partir da utilização de troncos de madeira e cipós. A partir da análise não se observou privilégio em relação a determinada etnia ou personalidades, como também não há presença de ilustrações conjuntas de distintas etnias, as ilustrações desses personagens concentram-se em lhes apresentar caracterizados ou realizando determinada atividade tradicional, ou descontraído para indicar a representação de determinado povo, como a de Ailton Krenak. No entanto, a partir da análise, percebe-se que é mostrada a atuação dos povos indígenas apenas em suas comunidades tradicionais e caracterizados, forma esta de direcionar o indígena ao primitivo e cooperar para a progressão de estereótipos direcionados aos mesmos, do que é ser ou não indígena a partir do local que está presente.

A partir dessa análise do livro didático, observou-se que existem muitas tentativas de desenvolver um discurso intercultural entre as representações apresentadas, sendo um aspecto positivo. Um dos pontos negativos se remete ao subcapítulo intitulado *Modos de vida de comunidades tradicionais*, o mesmo apenas informa de forma genérica como se dá a organização social de diferentes povos através de alguns fatores norteadores expostos, são mencionadas as comunidades tradicionais de: povos indígenas, pescadores/ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e de matriz africana. Mas não há informações necessárias que possibilite o entendimento dos estudantes como as mesmas estão organizadas em seus

territórios, já que se trata de modos de vida diferentes, não despertando o interesse das/os educandas/os no momento. O mesmo deveria expor a realidade de como essas comunidades tradicionais estão organizadas e por assim tentar superar os preconceitos que são direcionados a essas minorias, tanto das populações indígenas, como de comunidades de matriz africana que constantemente é alvo de intolerância religiosa acarretando conflitos sociais no passado e no presente.

No geral, observou-se um ponto negativo a superficialidade com que é direcionada os saberes e manifestações das populações indígenas, pois não é mostrado a realidade atual que se encontram essas populações, sendo uma tentativa de superar preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade, como interligar todos os indígenas ao selvagem e primitivo. No qual um dos principais motivos é a falta de informações a respeito da participação dos povos indígenas em movimentos sociais que são decisivos para suas vidas, e que mesmo morando em áreas rurais necessitam de água potável, escolarização, saúde, acesso e preparo para utilizar as tecnologias que vão surgindo, como qualquer pessoa que mora na cidade. Sendo crucial divulgar suas lutas, em especial, as territoriais que colocam a perpetuação de determinadas populações em risco e afetam suas manifestações culturais, como o Marco Temporal das Terras Indígenas (2009) que considera terra tradicionalmente ocupadas pelos indígenas até o dia 5 de outubro de 1988, no ano da promulgação da Constituição Federal 1988.

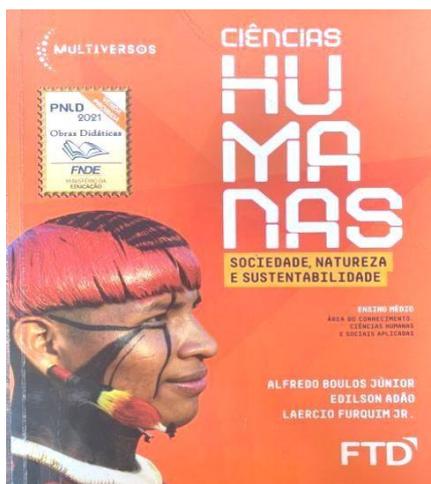
4.1 Análise referente às representações Étnico-Raciais indígenas no livro didático

A análise do livro didático foi realizada com o objetivo de verificar a representação e os conteúdos sobre a História e Cultura dos povos indígenas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.645/08, que torna essas veiculações obrigatórias. Nesse sentido, buscou-se identificar os temas abordados que contemplassem a menção dos saberes e da participação dos povos indígenas ao longo dos capítulos. Utilizou-se como critério a abordagem étnico-racial mencionada, bem como a inclusão das questões indígenas na coletânea, visando difundir a diversidade cultural dos povos indígenas e suas contribuições histórico-sociais para a sociedade brasileira.

Essa abordagem étnico-racial concentra-se na necessidade de erradicar o preconceito, a discriminação e a violência causados pela intolerância racial em nossa sociedade. Para que possa reconstruir a identidade social da população brasileira e garantir a igualdade de condições para todos os indivíduos visto que “O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural.” (LARAIA, 2001, p. 5).

O livro didático da 2ª série apresenta aspectos positivos em relação à temática étnico-cultural indígena, que pode ser facilmente identificado logo na capa. Nessa imagem, podemos ver claramente a representação de um membro da etnia Pataxó, o que demonstra um esforço significativo para promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural indígena.

Figura 01



Fonte: Livro Didático da 2ª série, 2021.

O livro didático em questão é estruturado em duas Unidades, sendo que cada uma delas abrange três capítulos. O objetivo principal desta análise foi verificar em quais momentos ocorre a inclusão do conhecimento produzido pelos povos indígenas, bem como identificar seu protagonismo ao longo do conteúdo abordado.

Na Unidade 1, no capítulo 1, intitulado “Catadores e cooperativas”, aborda-se a participação de grupos negros e indígenas nessa atividade, que lhes possibilita complementar suas rendas por meio da separação de materiais descartados. Muitos desses trabalhadores historicamente marginalizados possuem baixa escolaridade, o

que contribui para o agravamento da desigualdade social, resultado da industrialização.

No capítulo 2, na página 46, intitulado “Hidreletricidade”, são abordados os desafios relacionados ao uso de hidrelétricas para a geração de energia. Essa alternativa de energia pode causar inúmeros impactos ambientais, além de afetar diretamente a vida tradicional dos povos indígenas. Sendo destacado que a construção de usinas hidrelétricas impactam negativamente as comunidades indígenas, visto que necessitam dos recursos naturais que o ambiente natural os proporcionam para sobreviver.

No mesmo capítulo, na página 50, no tópico “A barragem e a destruição”, é discutido um dos principais desastres ambientais ocorridos devido ao rompimento de barragens em Minas Gerais. São apresentadas as áreas afetadas, incluindo o território indígena Naô Xohã, habitado por uma população que vive às margens do rio Paraopeba, e que sofreu graves consequências devido aos resíduos tóxicos resultantes do desastre.

Na página 52, no tópico “Benefícios e desvantagens do uso da biomassa”, é mencionado brevemente uma das “desvantagens” do uso dessa alternativa de fonte de energia. Destaca-se que os indígenas utilizam extensas áreas para suas práticas tradicionais, e a implementação da biomassa pode gerar conflitos significativos nesses territórios, uma vez que pode originar novas áreas desmatadas.

No final do capítulo 3, na seção “Para refletir e argumentar” em “Povos indígenas 'ensinam' que água deve ser reverenciada”, página 74, é destacada a profunda importância da água para o corpo e alma, pois está intrinsecamente ligada à vitalidade física e espiritual das comunidades indígenas. O texto ressalta a relevância da preservação das nascentes e aquíferos, os quais estão sujeitos a riscos de privatização devido a propostas capitalistas que foram discutidas no 8º Fórum Mundial da Água.

A Unidade 2, intitulada “Desenvolvimento e sustentabilidade”, é introduzida pela obra de Davi Kopenawa, indígena que escreveu “A queda do céu”. Nessa obra, ele compartilha o conhecimento de seu povo, além de abordar a riqueza natural e as principais lutas enfrentadas pelos povos da floresta. O texto também enfatiza o impacto direto dos padrões de consumo exacerbados das sociedades

industrializadas sobre os recursos naturais, que não são infinitos, reforçando essas reflexões com as palavras de Ailton Krenak.

No capítulo 4, na página 86, intitulada “Antropoceno”, existem indagações referente a uma nova atitude adquirida pelo homem em somente retirar os recursos naturais esgotáveis, sem se importar com o futuro e, poluir lugares remotos onde os resíduos são levados pela dinâmica natural das águas oceânicas, e sobre a vulnerabilidade que se encontra a fauna, a flora e os ambientes aquáticos pelas ações humanas. O título em questão é explorado por Ailton Krenak a partir da visão de mundo de seu povo sobre as ações Antropocenas. Nessa abordagem, destaca-se a importância da corresponsabilidade não apenas com as transformações humanas, mas também com os impactos que o meio ambiente sofre devido a essas mudanças, as quais são geradas pelo sistema capitalista. Sendo ressaltada a necessidade de considerar a vida ecológica como um elemento fundamental, pois é ela que proporciona as condições para a perpetuação da espécie humana.

Nessa mesma perspectiva, na página 87, são apresentadas duas questões relacionadas às falas do indígena Daniel Munduruku, que destacam o profundo vínculo que os indígenas possuem com o meio ambiente. Essas questões enfatizam a conexão intrínseca entre as comunidades indígenas e a natureza, evidenciando a importância de preservar e valorizar os recursos naturais para o bem-estar coletivo e a harmonia entre os seres humanos e o ambiente em que vivem.

Na página 100, no tópico “Modos de vida de comunidades tradicionais”, são abordadas as características da vida tradicional brasileira, levando em consideração a organização dos povos indígenas em relação à Terra que habitam desde os primórdios da história. É ressaltado que esses povos já possuíam uma organização comunitária própria antes do processo de colonização. A imagem ilustrada na página confirma a forte conexão dos povos indígenas da Amazônia com um dos elementos da natureza: o sol.

Na página 103, no tópico “Corredores ecológicos”, são mencionadas as Unidades de Conservação (UCs), que englobam áreas indígenas e terras que possuem contato com elas por meio dos corredores ecológicos. Esses corredores têm o objetivo de garantir a distribuição da biodiversidade ao conectar diferentes ecossistemas.

A atividade presente no final do capítulo 4, intitulada “Leitura de imagem” e localizada na página 107, apresenta um vislumbre da cultura dos povos indígenas da etnia Enawene Nawe, que habitam o vale do rio Juruena, em Mato Grosso. Esses povos justificam seus rituais e manifestações culturais com base na busca pela harmonia entre o céu e a terra, responsabilizando-se por essa conexão. A atividade utiliza imagens para ilustrar algumas das atividades realizadas pelos indígenas Enawene Nawe e disponibiliza um link que oferece mais informações sobre a organização social desse grupo. Além disso, ao final da página, são apresentadas duas questões que convidam os estudantes a refletir sobre o tema e a responder de forma subjetiva.

Após a análise do capítulo 5, intitulado “A questão socioambiental no âmbito global”, constatou-se a ausência na participação dos povos indígenas ao longo dos tópicos, em especial, nas passagens que abordam a atuação do Brasil em algumas conferências e acordos que discutiam sobre os impactos ambientais causados pelo rápido desenvolvimento econômico.

Já no final do capítulo 6, na página 146, há um pequeno tópico intitulado “Tecnologia e mapeamento do desmatamento”, que aborda o tema do desmatamento e a porcentagem de áreas desmatadas, sendo mencionados 3% de terras indígenas. Em seguida, no final da página encontra-se uma atividade com quatro questões, onde a 1 questão propõe que os estudantes discorram sobre qual época do ano se torna mais comum desmatamento por queimadas na Amazônia; a questão de número 2 busca identificar as razões pelas quais unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos são alvo de desmatamento; a questão de número 3 envolve criticamente os estudantes a argumentarem o porquê o desmatamento por queimadas se concentra mais na Amazônia que na Amazônia Legal; na questão de número 4 propõe que os estudantes argumentem sobre as limitações das queimadas em áreas protegidas legalmente e áreas privadas, bem como as legislações ambientais brasileira.

Percebe-se que o livro didático analisado nesta monografia tem o potencial de estimular os alunos a discutirem as questões étnico-raciais a partir das representações indígenas presente no livro, mesmo que superficialmente, além de acesso ao conteúdo de cultura e história indígena que expomos, cumprindo assim, a Lei nº 11.645/08. Embora esses temas sejam abordados de forma limitada, o livro

consegue despertar a reflexão nos estudantes por meio das atividades, ampliando seus conhecimentos sobre os assuntos tratados juntamente com a mediação do professor em sala de aula.

Destacamos, também, que algumas metodologias presentes na obra tentam envolver os alunos com a realidade social do país, proporcionando acesso aos conhecimentos produzidos pelos povos indígenas em alguns momentos. Essa abordagem busca superar preconceitos e estereótipos presentes na nossa sociedade, sendo imprescindível destacar a presença ativa dos indígenas em todos os segmentos da sociedade atual, mostrando suas lutas e conquistas recentes. Dessa forma, busca-se remover o estereótipo colonial e permitir que os indígenas tenham opções viáveis para transformarem a realidade sociocultural do país, ao ser valorizado e promovido os seus conhecimentos ancestrais.

Entretanto, temos muitas lacunas no livro, como por exemplo: o capítulo 5 intitulado “A questão socioambiental no âmbito global” aborda as principais conferências e acordos internacionais que visam alternativas sustentáveis para o meio ambiente no viés do desenvolvimento econômico. O mesmo deixou de explorar devidamente a relevância dos territórios indígenas na preservação da biodiversidade tanto em âmbito local quanto global. Especificamente, a importância da Floresta Amazônica e seu impacto diante do desmatamento merecia uma abordagem, bem como, a participação dos povos indígenas na proteção de rios, fauna e flora.

Vale destacar que uma das conferências mais significativas realizadas pelas Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92, e posteriormente a Rio+20. Esses eventos e acordos possuem uma influência global considerável e visam promover a adoção de práticas sustentáveis para a proteção dos recursos ambientais e a erradicação da pobreza, com o objetivo de garantir igualdade de condições, independentemente do gênero.

Uma possível justificativa para a omissão da participação indígena nesse capítulo pode estar relacionada à ênfase dada unicamente à influência capitalista e ao uso insustentável dos recursos naturais por parte de países desenvolvidos. No entanto, é fundamental abordar também o papel crucial desempenhado pelos povos indígenas na preservação ambiental e sua contribuição para a busca de soluções sustentáveis. Portanto, seria enriquecedor incluir uma análise mais abrangente da

participação indígena nesse contexto, a fim de oferecer uma visão mais completa e inclusiva das questões socioambientais.

4.2 O protagonismo para o ensino antirracista

Antes é necessário algumas considerações iniciais. Como foi exposto, a Lei nº 11.645/08 é um acréscimo à Lei nº 10.639/03 em que foi adicionado o estudo da História e Cultura Indígena nos ambientes escolares. Ressaltamos que ambas as leis foram frutos das lutas dos movimentos negro e indígena. Assim, pensar metodologias para uma educação antirracista é lutar por uma sociedade livre de preconceitos. Essa luta nos impõe muitos desafios, como por exemplo, os materiais didáticos ainda poucos disponíveis para o trabalho em sala de aula que contemple efetivamente a Lei nº 11.645/08.

Trazendo para a realidade do município de Grajaú-MA, esta necessidade de estudar a História e Cultura Indígena se torna mais urgente, pois o município possui uma das maiores populações indígenas do estado do Maranhão. De acordo com o IBGE (2022), o município de Grajaú abriga uma população de 7.927 indígenas, que estão distribuídos em Terras Indígenas ao entorno da cidade. No entanto, devido ao cenário pandêmico que o Brasil e o mundo enfrentaram, a pesquisa do Censo Demográfico de 2020 foi suspensa, resultando em um atraso na contabilização dos dados referentes à população brasileira. Posteriormente, essa pesquisa foi adiada para o ano de 2022, e os dados começaram a ser divulgados em 2023 pelo Censo Demográfico. Segundo os registros, o país conta atualmente com 1.652.876 pessoas indígenas.

Partindo daí, a necessidade do processo de estímulos e práticas pedagógicas capazes de promover debates e ações em torno do cumprimento da lei nos ambientes escolares do município, uma vez que, grande parte de crianças e adolescentes dessas aldeias estudam na cidade.

A partir da participação política dos povos indígenas antes e durante o processo de interação com as instituições não governamentais que trabalhavam para divulgar a realidade social dos povos originários para a sociedade que desconhecia, até então a diversidade cultural étnica. Os indígenas sentiram a

importância de buscar suas autonomias, sejam elas em que setores da sociedade se encontrem, a partir da necessidade de ocuparem todos os espaços.

Procurando aos órgãos institucionais vinculados às suas aldeias para capacitar os jovens masculinos de resolver pendências bancárias, educacionais, em relação à saúde até conquista de suas terras, os adequando de forma ciente e responsável aos parâmetros políticos da sociedade nacional, segundo a perspectiva de Monte (2000).

Ora, sabemos que o processo educacional é complexo, principalmente quando falamos de educação indígena, em que a língua é uma questão central. Assim, propomos algumas possibilidades de trabalharmos em sala de aula na perspectiva intercultural a partir da Lei nº 11.645/08. Para isso, é importante estabelecer nosso referencial sobre as metodologias ativas. Visto que estas entendem a educação caminhando lado a lado com as transformações sociais. Ademais, o público alvo do ensino são sujeitos sociais que estão em constantes transformações.

No entanto, vale lembrar que algumas práticas educacionais aplicadas há dez anos atrás não surtem mais os efeitos na educação contemporânea. Portanto os educadores devem reinventar didaticamente a forma de transmitir o conhecimento, esse que não pode ser mais centrado apenas no professor.

Deve-se ter em mente que para uma educação nos dias atuais ter sentido para os estudantes, a mesma deve ser veiculada de forma inovadora, de modo que a atenção dos educandos seja direcionada ao diálogo mútuo a partir de estratégias metodológicas.

A educação, de acordo com Diesel, Marchesan e Martins (2016) passa a integrar pouco a pouco as metodologias ativas em seus formatos de ensino, uma vez que seus pontos positivos vieram para auxiliar no processo de ensino/aprendizagem. A partir do momento em que a participação dos educandos em sala de aula se torna ativa, há várias possibilidades de trabalhar as questões sociais ao tentar chegar a soluções de problemas sociais em que os educandos vão desenvolvendo seus posicionamentos críticos, e o professor seja o mediador deste processo uma vez que o mesmo não é mais o detentor de todo conhecimento em sala de aula.

Essa nova perspectiva educacional requer mais sobre a participação subjetiva dos educandos em sala de aula, a partir das trocas de conhecimentos prévios dos mesmos, possibilitando a formação de autonomias, anseios e tomadas de decisões que são essenciais para o amadurecimento de responsabilidades futuras.

Para as autoras Diesel, Marchesan e Martins (2016), a eficácia dessa nova proposta pedagógica se faz através da problematização dos assuntos trabalhados em sala de aula. Por exemplo, ao se estudar o processo de Colonização do Brasil podemos articular os impactos causados às populações indígenas naquele período, trabalhando os desafios causados a elas, durante esse processo, que refletem até os dias atuais. De forma decolonial ao ceder espaços de protagonismos aos conhecimentos tradicionais e anseios atuais dos próprios indígenas.

Vale lembrar que essa aprendizagem ativa com os educandos deve levar em consideração à realidade presente dos mesmos, no caso de conhecer ou não algum indígena, e assim articular as formas de pensamentos dos mesmos. Contribuindo para uma educação para a pluralidade étnica-social. Pois, há essa necessidade de interação da escola com a vida, essa que deve ser problematizada, na tentativa de alcançar o bem-estar de todos através de sua veiculação nos ambientes escolares.

A educação, assim como os agentes sociais, sofre modificações, ao longo dos tempos, e essa modificação é o resultado das constantes transformações internas desses sujeitos, que a partir de então empregam novos significados às formas de pensar e agir e mergulham nesses novos fatos sociais criados. Fazendo-se necessário a articulação do ensino com as constantes mudanças da sociedade contemporânea no âmbito político, econômico e social. A respeito dessas transformações constantes, cabe às instituições de ensino inovar seus métodos de ensinar, pois:

A educação formal está num impasse diante de tantas mudanças na sociedade: como evoluir para tornar-se relevante e conseguir que todos aprendam de forma competente a conhecer, a construir seus projetos de vida e a conviver com os demais. Os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços precisam ser revistos. (MORÁN, 2015, p. 15).

Concordando com o autor, ao observar que o ensino formal, por mais que esteja envolto de peculiaridades específicas, pode sofrer alterações através das mudanças da sociedade. Visto que, os agentes sociais, ao terem contato com novos modelos de produção, passam a refletir sobre práticas tradicionais de ensino que

vão além do espaço físico e, portanto, o mesmo dever ser repensado sobre diferentes perspectivas nos sistemas de ensino na tentativa de que todos possam aprender de modo flexível e articulados aos seus anseios pessoais, que de forma direta pode afetar o convívio em sociedade.

Dito isto, podemos então pensar algumas possibilidades de metodologias para uma educação antirracista em sala de aula tendo em vista os conteúdos de história, cultura e pensamento indígena encontrados nos livros didáticos.

5 METODOLOGIAS PARA E ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO

Um dos principais questionamentos quando se trata de metodologias de ensino-aprendizagem é como aplicá-las efetivamente. É necessário explorar todas as possibilidades que possam trazer resultados promissores na educação, incentivando uma interação significativa entre teoria e prática para os estudantes com relação aos conteúdos abordados. Para alcançar os resultados desejados, é imprescindível envolver os educandos de forma ativa e participativa, buscando superar atitudes preconceituosas em relação às populações indígenas. Sendo crucial incorporar projetos que valorizem o protagonismo étnico-cultural dos povos indígenas e os coloquem no centro das discussões educacionais.

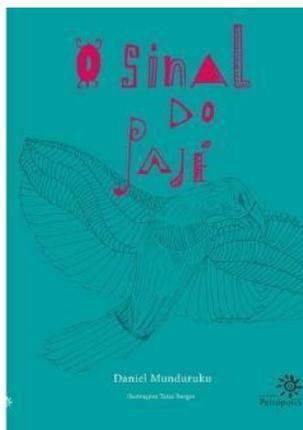
A fim de ampliar o aprendizado além das limitações impostas pelo livro didático analisado acima, propomos a utilização de três possibilidades metodológicas que contribuem efetivamente para a consolidação da Lei nº 11.645/08 em sala de aula:

1) Leituras de obras de escritoras (es) indígenas citados ou não nos livros didáticos, por exemplo, é possível explorar a relação entre o homem e o meio ambiente através das obras de autoras (es) indígenas, utilizando suas produções para contextualizar os assuntos propostos pelo livro e enriquecer o assunto trabalhado com o conhecimento dessas comunidades. Além de explorar o pensamento interdisciplinar do autor ou da autora. Vejamos um exemplo:

Entre muitos autores, podemos escolher a obra do indígena Daniel Munduruku, o livro *O Sinal do Pajé*. O livro possui uma capa mole; com largura de 170mm; altura de 240 mm; peso 181 g; com um total de 56 páginas; a cor da capa é aproximadamente um verde água escuro; sendo a 2ª edição; as ilustrações ficaram na responsabilidade de Taisa Borges; foi publicado na cidade de São Paulo no ano de 2011. Sobre a editora: Peirópolis - a empresa se destaca amplamente na produção de livros infantojuvenis e consolidou sua reputação como uma das editoras mais renomadas nos últimos anos. Seu trabalho é dedicado à promoção da formação de leitores, além de abordar de maneira atraente e transdisciplinar os temas sobre ética, diversidade cultural e meio ambiente, além de suas linhas editoriais se dedicarem, também, na literatura infantojuvenil indígena, africana e folclore brasileiro.

O personagem principal do livro é o jovem Curumim, onde o mesmo se encontra em um profundo questionamento interno sobre sua tradição. Conflitos que se destacam na interação com seu avô (o pajé), sua avó e seu pai, sendo os personagens que mais aparecem na obra.

Figura 02



Fonte: O sinal do Pajé, 2011.

O indígena Daniel Munduruku, da etnia Munduruku, nasceu em Belém em 28 de fevereiro de 1964. É formado em Filosofia, com Licenciatura Plena em Psicologia e História. É professor da Fundação Peirópolis e autor, entre outras obras, de *Meu Vô Apolinário*, pela qual recebeu a menção honrosa da UNESCO no prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão da tolerância. Tem três filhos com Tânia Mara e reside na cidade de Lorena, interior de São Paulo.

O livro narra o conflito que o jovem Curumim sofre internamente em relação a interação de sua tradição, especificamente, entre o rito de passagem que ele deve fazer, assim como todos os jovens da comunidade, e a vida na cidade grande que atrai os jovens da aldeia, os fazendo abandonar sua tradição pelas possibilidades de uma vida nova fora da aldeia. Fazendo surgir no garoto o questionamento da inutilidade de continuar com as práticas tradicionais já que para muitos de seus colegas essas se tornaram ultrapassadas.

Temos então no livro a história do rito de passagem que transformará os jovens em “homens”. O capítulo: *O Sinal do Pajé* - refere-se ao momento em que o garoto ao observar sua avó tomar banho nas águas do rio passa a refletir sobre a vida dos mesmos naquele período de muita tribulação de seu povo em relação aos homens brancos, e é a partir daí que o garoto conseguirá interpretar o sinal do pajé

através da ave mutum que acompanha seu avô. *O caso da tradição* - é questionado quando, ao passear pela aldeia, Curumim se depara com a voz de um casal de namorados conversantes dentro da mata onde a moça chora pela decisão de seu namorado ir para a cidade e largar a tradição. Com a saída do rapaz, Curumim se aproxima da moça e logo tem um diálogo a respeito da possibilidade da interação da vida na cidade quanto na aldeia, a mesma discorda. *Nosso povo é um rio, seu destino é correr* - é o momento em que o avô de Curumim o pede para encontrar uma erva que estava no tronco de uma árvore velha na mata, onde o mesmo a encontra e passa a narrar o sonho que teve na casa da roça. Logo após conta sua inquietação em relação à realidade que estava sufocando a todos que estavam presentes na casa do pajé. *Na panela de barro, o que há para comer?* - Momento em que a avó de Curumim o chama para ensinar a importância de sua função na aldeia, por mais simples que seja é uma função necessária para manter viva a tradição de seu povo, a construção das panelas de barro. Em momentos vividos com seu pai em *Esta terra nunca nos pertenceu* - caracteriza-se na convocação do garoto por seu pai de uma pescaria que na verdade não aconteceria, o mesmo levaria a um lugar que seu pai o levou quando na idade de Curumim na missão de mostrar ao garoto a importância daquele lugar e induzi-lo a sentir a tradição falar com Curumim e percorrer seu corpo. *Hoje à tarde na curva do rio* - é a lembrança que Curumim tem de um encontro com uma avó e todos os líderes da aldeia, pois ela viera de muito longe para ensinar a respeito da importância da tradição, e que tudo que ele precisa estava dentro de sua tradição. *Nas asas da tradição* - é o exato momento em que os rapazes se preparavam para entrar na casa dos homens para se prepararem para a vida adulta, ao passar pelo rito de passagem. Onde o mesmo é surpreendido pela decisão do pajé de fazer a antiga profecia acontecer, de enfrentar o seu maior inimigo: o medo, e então, preparar os jovens e mandá-los à cidade para ensinar moradores da cidade sobre os povos indígenas e sua tradição.

O ponto de conflito que o jovem Curumim vivia era a respeito da cerimônia do rito de passagem para torná-los 'homens' e a necessidade de aprender a arte da guerra em um tempo que não fazia mais sentido aprender. Curumim sempre questionava o que já estava estabelecido em sua comunidade a respeito da cidade grande. Buscando sempre uma possibilidade de articular tanto a vivência em sua aldeia quanto na cidade.

O ponto chave da história do livro é quando o jovem Curumim a partir de alguns acontecimentos que o ajudaram a decifrar elementos de sua tradição decide participar da cerimônia que prepara os jovens em homens, o rito de passagem. Com suas investigações a respeito da cidade e grande influência de seu pajé ele poderá mudar a realidade dos jovens na aldeia na interação com a cidade.

Ora, a partir da leitura desse livro podemos trabalhar em sala, vários elementos não só da filosofia, mas também de outras áreas. Para nós, uma questão que poderíamos trabalhar na sala de aula de filosofia seria o conceito de angústia. Essa é a parte da pesquisa que devo começar a desenvolver. Mas posso adiantar que esse sentimento de inadequação entre o sujeito e seu lugar, seu mundo, essa incerteza de seu futuro, o medo do que virá, e a busca de sentido pelas ações do presente pode ser pensada em culturas diversas, porque parece ser próprio do ser humano essa inquietação existencial diante da incerteza do porvir. Não queremos dizer aqui, que o conceito de angústia da filosofia ocidental deva ser aplicado ao sentimento de Curumim, o que queremos dizer aqui, é que o sentimento do jovem indígena no livro pode mobilizar um debate filosófico na sala de aula, onde indígenas e não-indígenas possam debater sobre a suas próprias existências e a construção intercultural de um debate sobre esse sentimento de inadequação. Contudo, percebemos que com esse livro podemos fazer uma abordagem interdisciplinar do conteúdo nele travado.

2) Exploração de autobiografias e biografias: quando o livro didático aborda passagens relacionadas a um grupo indígena específico, essa atividade busca aprofundar a compreensão da identidade social presente em cada grupo, proporcionando uma visão mais abrangente e contextualizada da respectiva comunidade. Pode-se também trabalhar com biografias de pessoas indígenas importantes e a partir delas, fazer uma abordagem interdisciplinar de diversos assuntos. Vejamos um exemplo:

De uma personalidade indígena feminina, a ilustre Sônia Guajajara, cujo nome completo é Sônia Bone de Sousa Silva Santos, é uma destacada líder indígena brasileira e defensora dos direitos dos povos indígenas. Nascida em 6 de março de 1974, ela pertence à Terra Indígena Arariboia, localizada no município de Amarante, Maranhão. Sônia Guajajara possui uma formação acadêmica sólida, tendo se graduado em Letras e Enfermagem pela Universidade Federal do

Maranhão. Além disso, ela obteve uma pós-graduação em Educação Especial, o que demonstra seu comprometimento com a promoção da inclusão e do acesso à educação para todos.

Reconhecida internacionalmente por seu ativismo incansável em prol dos direitos indígenas e da preservação ambiental, Sônia Guajajara tem sido uma voz poderosa e eloquente na defesa das populações indígenas do Brasil. Ela tem levado a mensagem dos povos indígenas para diferentes países, ampliando a conscientização global sobre as questões enfrentadas por essas comunidades.

Sônia Guajajara também é conhecida por sua atuação significativa no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua participação ativa nesse importante órgão internacional fortalece o diálogo e ações voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos, em especial dos povos indígenas. Em reconhecimento a seu trabalho e influência, Sônia Guajajara foi nomeada Ministra dos Povos Indígenas em janeiro de 2023, assumindo uma posição de liderança que lhe permite continuar a lutar pelos direitos e interesses das comunidades indígenas no Brasil.

Além de sua atuação como ativista e ministra, Sônia Guajajara também ingressou na arena política. Em 2022, ela foi eleita Deputada Federal pelo Estado de São Paulo, representando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sua eleição com 156.966 votos demonstra a confiança depositada em sua capacidade de trazer mudanças significativas para a sociedade, especialmente para os povos indígenas e os grupos marginalizados.

Sônia Guajajara é mãe de quatro filhos: Yaponã, de 22 anos, Mahkai, de 20 anos, Ywara, de 16 anos, e Intaniara, que infelizmente faleceu de hepatite aos 2 anos de idade. Durante 18 anos, ela foi casada com Lindomir, pai de seus filhos, mas eles se separaram em 2014. A trajetória de Sônia Guajajara é marcada pela coragem, determinação e dedicação na luta pelos direitos dos povos indígenas e pela preservação do meio ambiente. Sua influência e liderança têm contribuído para ampliar o reconhecimento e a valorização da cultura, dos direitos e da importância dos povos indígenas no Brasil e no mundo.

Figura 03



Foto: Reprodução/Redes Sociais/Sonia Guajajara

Como também a personalidade indígena masculina de Ailton Alves Lacerda Krenak, mais conhecido como Ailton Krenak, nasceu em 29 de setembro de 1953, no município de Itabirinha, Minas Gerais. Ele é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena Krenak. Ailton Krenak é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro e possui reconhecimento internacional.

Na década de 1980, ele fundou o Núcleo de Cultura Indígena, uma organização não governamental dedicada a promover a cultura indígena. Ailton Krenak também participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira de 1988, onde protagonizou uma cena marcante ao pintar o rosto com tinta preta do jenipapo como protesto pelos direitos dos povos indígenas.

Ele foi um dos fundadores da União dos Povos Indígenas e da Aliança dos Povos da Floresta, que buscam representar os interesses indígenas no cenário nacional e estabelecer reservas naturais na Amazônia para a subsistência econômica das comunidades indígenas. Ailton Krenak também é conhecido por seu envolvimento na promoção da cultura indígena por meio do Festival de Dança e Cultura Indígena, realizado na região da Serra do Cipó, em Minas Gerais.

Como ativista, Ailton Krenak tem se destacado na luta pelos direitos dos povos indígenas e nas questões ambientais. Ele é crítico ao modo capitalista de exploração dos recursos naturais e tem se dedicado a conscientizar sobre os impactos socioambientais, especialmente relacionados aos desastres do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, nos anos de 2015 e 2019 respectivamente.

Ailton Krenak também é reconhecido como escritor, sendo autor do livro *"Ideias para Adiar o Fim do Mundo"*, lançado em 2021, que se tornou um sucesso de vendas no Brasil e teve traduções para o inglês, francês e alemão. Em março de 2023, ele se tornou o primeiro indígena a ingressar na Academia Mineira de Letras. Ganhou o título de professor Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no 18 de fevereiro de 2016.

Ailton Krenak é uma figura inspiradora e sua atuação em defesa dos direitos indígenas, na preservação ambiental e na promoção da cultura indígena tem deixado um legado significativo no Brasil e no mundo.

Figura 04



Foto: Reprodução/Redes Sociais/Ailton Krenak

3) Proposta de exposição de vídeos em sala de aula com representantes indígenas ou produzidos por indígenas: essa estratégia visa valorizar e dar protagonismo às populações indígenas, permitindo que eles próprios compartilhem aspectos relevantes de suas culturas e tradições, enriquecendo o ambiente educacional com suas perspectivas identitárias. Propomos a seguinte metodologia: a partir do livro didático trabalhado em sala de aula pode-se fazer a ponte do conteúdo trabalhado com as questões indígenas na tentativa de trazer para a discussão o protagonismo dos mesmos, que de forma direta possuem conhecimentos que possam ser inseridos na abordagem dos temas em sala. Aqui utilizaremos o livro didático analisado acima:

Primeiro, faz-se a explanação do tópico: 1 - "Água: recurso para a vida e para produção" na página 61, São abordadas as principais formas que a água é utilizada no abastecimento humano a partir dos recursos hídricos.

Para fortalecer e estabelecer uma ponte entre o conteúdo do livro e as questões indígenas, sugere-se inserir o conhecimento dos povos indígenas sobre o tema abordado, a partir dos próprios indígenas, uma vez que os demais tópicos desse capítulo tratavam exclusivamente do uso da água no âmbito industrial. Nesse sentido, sugerimos a reprodução para os alunos em sala de aula do vídeo intitulado “Como é a relação do índio com a água?”, protagonizado por Ysani, uma indígena da etnia Kalapalo, nascida no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso.

No vídeo, Ysani, por meio de seu blog, expõe de forma afirmativa a forte conexão dos indígenas do Alto Xingu com a água. Ela ressalta que a água desempenha um papel essencial na perpetuação da vida, sendo utilizada para atividades como agricultura, na fauna, flora, lazer e rituais de purificação corporal, que são fundamentais para a cultura dos indígenas mencionados. Ysani também enfatiza que esse conhecimento foi transmitido ao longo de milhares de anos.

Ao ser compartilhado o conhecimento ancestral indígena sobre a relação com a água, os alunos podem ampliar sua compreensão e valorizar a sabedoria acumulada ao longo do tempo por essas comunidades. Essa experiência enriquece a discussão em sala de aula, permitindo uma visão mais inclusiva ao tema abordado.

Sugere-se também um segundo vídeo intitulado "Primeira coisa que índio faz ao amanhecer", Ysani Kalapalo compartilha sua rotina matinal, na qual destaca que a primeira atividade realizada pelos indígenas do Rio Xingu é tomar banho. Durante o trajeto até o rio, Ysani mostra o entorno de sua aldeia, mencionando a presença de diversas árvores frutíferas. Ao chegar ao rio, Ysani mergulha nas águas, ela menciona a diversidade de espécies de peixes encontrados naquele local, que são utilizados para consumo pela comunidade indígena.

Esse vídeo proporciona aos alunos a oportunidade de vivenciar, por meio da perspectiva de Ysani, a rotina e as práticas diárias dos indígenas do Rio Xingu. Através dessa experiência, eles podem compreender melhor a relação harmoniosa entre os indígenas e o ambiente natural em que vivem, incluindo a importância da água para suas atividades cotidianas e o papel dos recursos naturais na sua subsistência.

Com isso, temos por objetivo destacar o protagonismo dos povos indígenas em relação ao assunto abordado no livro didático, mostrando aos estudantes que a

água é um elemento essencial para a manutenção da vida em suas culturas tradicionais, para além da perspectiva industrial presente no livro.

Outras metodologias podem ser aplicadas, como por exemplo:

a) Trabalhar a grandiosidade da festa popular que ocorre em Parintins, localizada no estado do Amazonas e denominada de Festival Folclórico de Parintins, a mesma acontece na última sexta-feira do mês de junho e vai até domingo, nesses três dias de festival dois bois folclóricos que se enfrentam: o Boi Caprichoso e o Boi Garantido no centro cultural de Parintins no qual pode suportar 35 mil espectadores. Todos os dias do festival é transmitido pela TV A Crítica, sendo expostas e salvas no canal do Youtube e pode ser facilmente acessada por todos os brasileiros, e assistida presencialmente por turistas de todo Brasil e mundo. Torna-se, então, Patrimônio Cultural do Brasil em 8 de novembro de 2018. Dependendo da região do país as maneiras de brincar o Boi, nos Estados do Brasil, são diferentes, mas o festival da região amazônica vem despertando o interesse de pessoas de outras regiões e fortalecendo a cada ano a emoção dos brincantes. O objetivo do festival é divulgar e promover a valorização dos simbolismos regionais dos povos indígenas, ribeirinhos, afro-brasileiros e religiões de matriz africana por meio de suas apresentações, essas que dispõem de indumentárias plumárias deslumbrantes, bem como os carros alegóricos que compõem o cenário.

b) Elaboração de pôsteres que abordam conteúdos relacionados às questões indígenas: essa metodologia consiste em incentivar os estudantes a produzirem pôsteres que contenham as principais informações sobre determinadas etnias. Esses pôsteres podem ser divulgados nas redes sociais dos alunos após validação do/a professor(a), visando ampliar a conscientização sobre a temática étnica cultural indígena.

c) Apresentações teatrais: essa estratégia tem como objetivo explorar os impactos culturais enfrentados pelas populações indígenas durante o período colonial. Os estudantes têm a oportunidade de simular situações enfrentadas pelos indígenas nesse período, por meio de representações teatrais, proporcionando uma compreensão mais vívida e empática.

d) Narração das lendas indígenas: essa abordagem busca destacar a relevância das lendas para as populações indígenas, pois elas retratam a origem de determinados povos, suas histórias e práticas culturais.

e) Reprodução das produções artesanais indígenas: essa metodologia visa trabalhar as produções artesanais indígenas, oferecendo uma perspectiva complementar à abordagem do livro didático, que muitas vezes se concentra apenas nas produções industriais.

f) Pinturas corporais indígenas: com o intuito de mostrar aos estudantes que as pinturas indígenas possuem significados, e não são meramente adornos estéticos, essa abordagem explora o contexto em que essas pinturas são inseridas em determinadas situações culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, após 15 anos da efetivação e obrigatoriedade da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que trata da Cultura e História dos povos afro-descendentes e indígenas, ainda se percebe uma incoerência com a realidade atual. A valorização e difusão dos conhecimentos e culturas ancestrais devem ser conduzidas por meio do protagonismo dos próprios povos indígenas, dando voz aos seus discursos e aspirações. No entanto, a língua continua sendo um desafio a ser enfrentado, pois como docente, cotidianamente, presencio situações preconceituosas em relação à manifestação linguística de estudantes indígenas, o que contribui em retrações em sala de aula. É necessário intervir nessas e outras situações, mostrando a importância da língua dos povos indígenas a todos os sujeitos, tanto para suas sobrevivências físicas e culturais, como sugerido pelas construções metodológicas presentes neste trabalho.

O momento presente não se contenta apenas em ver ilustrações nos livros didáticos de indígenas com suas indumentárias no cotidiano de suas aldeias, pois fazer isso contribui para a invisibilidade que essas populações tentam superar ao longo dos séculos, requerendo um estudo mais detalhado de como essas populações estão organizadas.

Com base na experiência no Projeto de Extensão intitulado *“Filosofia e diversidade: construção de metodologias para o pensamento afro-ameríndio na Escola Municipal Professora Marly Araújo de Grajaú-MA”*, pude adquirir novas percepções de como trabalhar a temática da diversidade étnico-racial indígena em sala de aula.

Sugestões metodológicas ativas podem envolver os estudantes, mostrando a realidade social e política em que muitas populações indígenas se encontram na atualidade, e por assim afirmar a luta dessas minorias e inserindo-as em todos os segmentos sociais.

Contudo, um grande desafio para promover essa veiculação antirracista é a superficialidade direcionada aos conteúdos étnico-raciais indígenas nos manuais didáticos. Muitas vezes, são inseridos em textos complementares de passagem ou, em outros casos, suas participações nos capítulos sobre a Formação do Brasil são retratados pelo colonizador ou missionários, não abordando adequadamente os

impactos das perseguições civilizatórias sofridas pelos indígenas no início da história do país.

As propostas apresentadas neste trabalho são capazes de serem concretizadas mediante a formação interdisciplinar que o presente curso proporciona. Ao envolver em sala de aula questões históricas, sociais, geográficas e filosóficas em torno de um único tema, é possível realizar a transversalidade no processo de ensino e aprendizagem, alinhando-se com as políticas educacionais brasileiras, não limitando-se apenas a uma área de estudo, visto que essa possibilidade pode partir de outras formações.

Percebemos também, a importância da preparação dos profissionais da educação em fazer a veiculação de temas tão necessários em nossa sociedade, e das formações continuadas que sempre auxiliam os docentes no engajamento de questões da atualidade, no preparo e capacitação para a veiculação de saberes durante o processo de ensino e aprendizagem. E, como também estudos e pesquisas que visem auxiliar os próprios indígenas na elaboração de materiais didáticos que possam servir de apoio aos docentes em sala de aula, forma está de promover a valorização e conhecimento dos saberes originários.

Transformando a forma de ensinar, engajando ativamente os estudantes nos debates de forma crítica e intencional, prepara-os socialmente para o convívio em uma sociedade diversa contribuindo para um futuro de qualidade. No qual os sujeitos respeitam a diversidade cultural encontrada ao longo de suas vidas e trabalham para diminuir o preconceito social que tanto segrega e aprisiona as diferenças culturais, físicas e intelectuais em nossa sociedade, na tentativa de forma cidadãos ativos. Considerando que nenhum conhecimento é acabado, o presente trabalho pode ser explorado de diversas maneiras e serve como base para estudos futuros.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes da educação nacional, Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo.** 6 ed., rev. atual. São Paulo. Avercamp, 2018.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF. Disponível em: <resol_federal_05_12.pdf (crmariocovas.sp.gov.br)>. Acessado em: 19 de ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 3, DF,n. 231A, [s.p]. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao> .Acesso em: 04 de mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº. 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em: <D0026 (planalto.gov.br)>. Acessado em: 18 de ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> .Acesso em: 7 de fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 20 de dez. 1996. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 16 de ago. 2022.

DIESEL, Aline; MARCHESAN, Michele Roos; MARTINS, Silvana Neumann. Metodologias Ativas de Ensino na sala de aula: um olhar de Docentes Da Educação Profissional Técnica De Nível Médio. **Signos**, Lajeado, ano 37, n. 1, p. 153-169, 2016.

GIROTTTO, Renata Lourenço. Balanço da educação escolar indígena no município de Dourados. **Tellus.** Campo Grande - MS, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Indígena: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios e Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9718#/n3/21/n6/in%20n3%2021/v/all/p/all/c1714/all/c2661/all/d/v4727%202,v1000093%202,v1000350%202//p,c1714+v+c2661,t/cfg/cod,/resultado>>. Acesso em 08 set. 2023.

IVES, Neusani Oliveira. **Educação infantil tentehar: encontro e (des) encontros no limiar de um diálogo intercultural**. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2014.

JÚNIOR, Alfredo Boulos; SILVA; Edilson Adão Cândido da; JÚNIOR, Laercio Furquim. **Multiversos: ciências humanas, natureza e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo, FTD, 2020.

KALAPALO, Ysani. Como é a relação do índio com a água?. **Youtube**, 9 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQe0o2cfJQA&t=225s>>. Acesso em 13 mai. 2023.

KALAPALO, Ysani. Primeira coisa que ÍNDIO faz ao amanhecer. **Youtube**, 29 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ECW3lzilfmg>>. Acesso em 11 mai. 2023.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda (biografia). In: **WIKIPEDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Disponível em: <[Ailton Krenak – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ailton_Krenak)>. Acesso em 12 de jun. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Como Opera a cultura**. In: _____ Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo. Edições Loyola, 1985.

MONTE, Nietta Lindenberg. E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. **Revista Brasileira de Educação**, p. 118-133, 2000.

MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais. **Revista História & Perspectivas**, v. 28, n. 53, 2015.

MORAN, José. Mudando a Educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II| Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo. Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **O sinal do pajé**. Peirópolis. São Paulo 2011.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Editora UFPR. Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

PARINTINS. Festival Folclórico de. In: **WIKIPEDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Disponível em: <Festival_Folclórico_de_Parintins>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

SANTOS, Sônia Bone de Sousa Silva (biografia). In: **WIKIPEDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2023. Disponível em:< Sônia Guajajara – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)>. Acesso em 12 de jun. 2023.

SILVA, Armelinda Borges da. Colonialidade e a lei n. ° 11.645/2008: Desafios e possibilidades. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 4, n. 1, 2017.

TRENTO, Bruna Maria; RIBEIRO, Rhuan Guilherme Tardo. Um olhar para a memória e a história da língua materna indígena guarani: Um ato de resistência. **LEETRA Indígena** - São Carlos, vol. 20, n. 1, 2022, pp.7-19.